

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

VICENTE BREIER BOMBARDELLI

**A CONCEPÇÃO DE JORNALISMO PARA O THE INTERCEPT BRASIL: UMA
ANÁLISE DAS PRIMEIRAS TRÊS REPORTAGENS DA SÉRIE “VAZA JATO”**

Porto Alegre

2020

VICENTE BREIER BOMBARDELLI

**A CONCEPÇÃO DE JORNALISMO PARA O THE INTERCEPT BRASIL: UMA
ANÁLISE DAS PRIMEIRAS TRÊS REPORTAGENS DA SÉRIE “VAZA JATO”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Costa Mércio

Porto Alegre

2020

VICENTE BREIER BOMBARDELLI

A CONCEPÇÃO DE JORNALISMO PARA O THE INTERCEPT BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS TRÊS REPORTAGENS DA SÉRIE “VAZA JATO”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cláudio Costa Mércio – Orientador – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Ivone Maria Cassol

Prof. Dr. Moreno Cruz Osório

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Josenara e Mauro, por todo o suporte e investimento que me foi cedido ao longo desta trajetória. À minha irmã, Rita de Cássia, pela parceria em todos os momentos. Ao meu avô Sérgio, por estar sempre do meu lado. À minha avó Neiva, que, mesmo não estando mais aqui, sempre me apoiou. À minha tia Anelise, pelo carinho e incentivo em todas as etapas da minha vida. Ao meu orientador, Cláudio Costa Mércio, por todos os ensinamentos e por sua dedicação neste trabalho.

RESUMO

A presente monografia tem como tema a concepção de jornalismo posta em prática pelo The Intercept Brasil. O objeto de estudo são as três primeiras reportagens da série “Vaza Jato”. O principal objetivo da pesquisa é verificar se o veículo cumpriu as características de jornalismo investigativo e os preceitos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, além de observar se houve objetividade por parte do *site*. O autor decidiu analisar esse material principalmente porque expõe ilegalidades cometidas por Sergio Moro enquanto era juiz da maior iniciativa que visa o combate à corrupção no Brasil, a Operação Lava Jato. Os procedimentos metodológicos escolhidos para a elaboração deste estudo foram pesquisas bibliográfica e documental e análise de conteúdo. Foi observado que o veículo cumpriu 11 das 13 características de jornalismo investigativo, cinco dos seis preceitos do código selecionados e três das cinco principais noções de objetividade.

Palavras-chave: Ética; Jornalismo Investigativo; Lava Jato; Objetividade; Sergio Moro; The Intercept Brasil; Vaza Jato.

ABSTRACT

This monograph has as its theme the concept of journalism put into practice by Intercept Brazil. The object of study are the first three reports of the "Vaza Jato" series. The main objective of the research is to verify if the vehicle has fulfilled the characteristics of investigative journalism and the precepts of the Code of Ethics of Brazilian Journalists. Besides observing if there was objectivity on the part of the site. The author decided to analyze this material mainly because it exposes illegalities committed by Sergio Moro while he was judge of the biggest initiative to combat corruption in Brazil, Operation Lava Jato. The methodological procedures chosen for the elaboration of this study were bibliographic and documental research and content analysis. It was observed that the vehicle fulfilled 11 of the 13 characteristics of investigative journalism, five of the six precepts of the code selected and three of the five main notions of objectivity.

Keywords: Ethics; Investigative Journal; Lava Jato; Objectivity; Sergio Moro; The Intercept Brazil; Vaza Jato.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O começo de uma nova era	17
Figura 2 – Lula anuncia secretaria de emergência.....	18
Figura 3 – Pirâmide Invertida	26
Figura 4 – Estudante de medicina em manifestação na Cinelândia, em 1968	31
Figura 5 – Protesto a favor do <i>impeachment</i> de Dilma	37
Figura 6 – Atualização das reportagens.....	48
Figura 7 – Continuação da pesquisa até a confirmação da história e verificação das informações.....	49
Figura 8 – Parte 29 da “Vaza Jato”	49
Figura 9 – Veracidade das mensagens obtidas pelo The Intercept Brasil.....	50
Figura 10 – Ocultação de informações oficiais	51
Figura 11 – Negação da versão oficial	51
Figura 12 – Repórteres não têm mais informações que as fontes	52
Figura 13 – Uso de fonte anônima	53
Figura 14 – Exposição de determinada situação para ser denunciada	53
Figura 15 – Juízo de valor e engajamento pessoal dos repórteres	54
Figura 16 – Veracidade do conteúdo publicado pelo The Intercept Brasil	56
Figura 17 – Publicação de informações de interesse público	56
Figura 18 – Respeito ao direito da privacidade dos cidadãos	57
Figura 19 – Não impedimento de opiniões divergentes	58
Figura 20 – The Intercept Brasil apenas realizou a reportagem sobre o fato	59
Figura 21 – Falta de neutralidade.....	60
Figura 22 – Texto compreensível.....	60
Figura 23 – Relevância das informações	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Preceitos do Código de Ética e Regulamentação, da ANJ.....	24
Quadro 2 – Princípios éticos, da ANER	24
Quadro 3 – Noções de objetividade	26
Quadro 4 – Preceitos que auxiliam na análise	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JORNALISMO	11
2.1 O que é jornalismo?	11
2.2 Jornalismo político.....	14
2.3 Jornalismo investigativo	18
2.4 Ética jornalística	21
2.5 Objetividade	25
2.6 The Intercept e The Intercept Brasil	28
3 POLÍTICA.....	31
3.1 Brasil na contemporaneidade.....	31
3.2 Operação Lava Jato	39
3.3 Sergio Moro.....	42
4 ANÁLISE.....	45
4.1 Procedimentos metodológicos	45
4.2 Resumo das três primeiras reportagens da “Vaza Jato”	46
4.3 Presença do jornalismo investigativo	47
4.4 Obediência à ética jornalística.....	55
4.5 Presença da objetividade	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade compreender a concepção de jornalismo colocada em prática pelo The Intercept Brasil. Para isso, o estudo pretende averiguar as primeiras três reportagens da série “Vaza Jato”, publicadas em 9 de junho de 2019. Serão observadas a presença do jornalismo investigativo, o cumprimento da ética jornalística e a presença da objetividade nas reportagens sobre os *chats* privados de membros da Operação Lava Jato. Foram escolhidas as três primeiras reportagens da série porque tiveram maior impacto.

O The Intercept Brasil é uma mídia independente que oferece conteúdo jornalístico gratuito, mas que conta com um programa de financiamento coletivo que garante benefícios ao assinante. O jornalismo exercido pelo veículo diferencia-se do jornalismo realizado pela mídia convencional, que noticia fatos do cotidiano. Isso porque o The Intercept Brasil dedica-se a investigar irregularidades cometidas pelos chamados “poderosos”. O *site* tornou-se conhecido quando revelou mensagens privadas de integrantes da Operação Lava Jato e do então juiz Sergio Moro.

O autor desta pesquisa considera relevante a análise destas reportagens não só por seu interesse pessoal, mas também por serem uma das maiores revelações já feitas por uma mídia independente brasileira nos últimos anos. Os envolvidos no caso, porém, não foram presos nem afastados de seus cargos quando a série começou a ser divulgada. Parte considerável da população, inclusive, posicionou-se contra o afastamento de Sergio Moro do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública e a favor de sua conduta (GIELOW, 2019), o que pode representar uma descrença de um segmento da população brasileira no *site*.

Devido à grande repercussão alcançada pelas reportagens, surgiram diversos questionamentos acerca da prática do jornalismo pelo The Intercept Brasil. Por este motivo, faz-se necessário estudar qual é a concepção de jornalismo posta em prática pelo veículo e se houve alguma ilegalidade ou abuso praticado pela agência de notícias ao exercer o jornalismo.

Os procedimentos metodológicos escolhidos para a elaboração deste estudo foram pesquisas bibliográfica e documental e análise de conteúdo. As pesquisas bibliográfica e documental irão contribuir para a definição dos conceitos de jornalismo, jornalismo político, jornalismo investigativo, ética jornalística, objetividade, The

Intercept, The Intercept Brasil, Brasil na contemporaneidade, Operação Lava Jato e Sergio Moro.

A análise de conteúdo permitirá identificar a presença do jornalismo investigativo, o cumprimento da ética jornalística e a presença da objetividade nas três primeiras reportagens da série “Vaza Jato”. Conforme Bardin (1977, p. 44), “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

A organização desta monografia prevê cinco capítulos, incluindo entre esses a Introdução e Considerações Finais. O segundo capítulo irá conceituar os termos referentes ao jornalismo, como o próprio jornalismo, jornalismo político, jornalismo investigativo, ética jornalística, objetividade, The Intercept e The Intercept Brasil. Em relação às obras com estes conteúdos, deverão ser incluídas as de Adghirni (2005), Araújo (2019), Christofolletti (2008), Hunter (2013), Hunter e Hanson (2013), Hunter, Sengers e Thordsen (2013), Nascimento (2007), Noblat (2016), Queiroz (2012), Rêgo (2019), Rossi (1985), Seabra (2006), Simião (2016), Sousa (2001), Souza e Freire (2019) e Sponholz (2008), além das reportagens de GaúchaZH (2019) e Smith (2020).

Depois, o terceiro capítulo definirá os tópicos relacionados à política brasileira, que são: Brasil na contemporaneidade, Operação Lava Jato e Sergio Moro. A pesquisa para o desenvolvimento deste estudo será fundamentada nas obras sobre os temas de autores como Rodrigues (2017) e Sbardelotto (2006); nos artigos jornalísticos de Cancian (2013), Cancian (2014), Salatiel ([21–]) e UOL (2013); e nas reportagens de Costa (2018), Otoboni e Freire (2020), Polato, Alves e Sampaio (2016), Ramalhão (2018) e Struck e Estarque (2015).

Por fim, no quarto capítulo estão previstos a metodologia, o resumo das reportagens que servem como objeto de estudo e a observação da presença do jornalismo investigativo, do cumprimento da ética jornalística e da presença da objetividade. Com este estudo, pretende-se levantar um debate a respeito da importância de acreditar nas mídias independente e tradicional, independentemente de sua ideologia política.

2. JORNALISMO

2.1 O que é jornalismo?

As *actas diurnas* podem ter sido as antecessoras mais antigas dos jornais (SOUSA, 2001). Nos mais de trezentos anos de existência na Roma antiga, “as *Actas* passaram a referenciar uma panóplia de assuntos, como acontecimentos importantes para o Império, combates de gladiadores, actos (sic) públicos da família imperial, etc” (SOUSA, 2001, p. 19). Conforme Sousa (2001), difundir histórias e novidades para um número maior de pessoas foi possível graças às invenções de Gutenberg, entre os anos de 1430 e 1440. Embora o jornal mais antigo da história talvez tenha sido, segundo Costella (1984, apud SOUSA, 2001), o *Noviny Poradné Celého Mesice Zari Léta*, de 1597, os primeiros jornais no Brasil apareceram em 1808, quando a família real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro.

Apesar de o jornalismo no Brasil ter nascido político, hoje a atividade profissional não aborda somente assuntos relacionados à política. Polícia, futebol, trânsito e moda são alguns exemplos de temáticas também presentes no jornalismo. De acordo com Sousa (2001), o jornalismo não precisa ficar restrito a notícias, sendo permitido ao jornalista auxiliar na formação do seu público. “Um jornal pode, por exemplo, exercer pedagogia social, informando sobre como contribuir com pequenos gestos para a reciclagem dos lixos ou para a salvaguarda do ambiente” (SOUSA, 2001, p. 14).

Para Rossi (1985, p. 7), o jornalismo “é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. A definição é metafórica, e pode ser entendida como a disputa diária entre jornalistas de diferentes empresas para atrair o público, seja este leitor, telespectador ou ouvinte. Ainda de acordo com o jornalista (1985), a “arma” utilizada nessa “batalha” é a palavra. Para exemplificar a importância dela, Rossi (1985) destaca uma pesquisa sobre a opinião da imprensa em relação à legitimidade do presidente da República, realizada pelo brasilianista Alfred Stepan, em que é mostrado o seguinte resultado:

Resultado: nos movimentos militares vitoriosos (1945, 1954 e 1964), a legitimidade do presidente era negativa, de acordo com a opinião da imprensa selecionada pelo *brazilianist*, variando a média de menos 0,8, em 1964, a menos 1,2, em 1954. Em contrapartida, nos movimentos militares frustrados

(1955 e 1961), a legitimidade do presidente merecia, da imprensa, cotação positiva (mais 0,3 em 1955 e mais 0,2 em 1961) (ROSSI, 1985, p. 8).

A batalha descrita por Rossi (1985) é “temperada” pelo que ele chama de “mito da objetividade”. O autor (1985) defende que a objetividade não existe no jornalismo, exceto em uma notícia sobre um acontecimento “que afeta um pequeno grupo de pessoas, sem maior incidência política e/ou social” (ROSSI, 1985, p. 15). Porém, Rossi (1985) entende que a objetividade tem o mesmo significado de neutralidade, o que não é totalmente verdadeiro, embora a neutralidade seja um termo ligado à categoria objetividade, como será visto ao longo deste trabalho. A noção de objetividade é mais cobrada no jornalismo convencional, e não no chamado jornalismo investigativo, conceito que também será abordado na presente monografia.

O jornalismo convencional diferencia-se do investigativo, embora um jornalista possa exercer o cargo de repórter em qualquer uma dessas duas áreas. Adghirni (2005, p. 51), no entanto, diz que “o verdadeiro jornalismo é aquele que investiga e denuncia, que aponta os males da sociedade, que cobra justiça”. Essa fala deveria ser referente ao jornalismo investigativo, porque investigar e denunciar pessoas não são requisitos básicos do jornalismo convencional.

Conforme Hunter e Hanson (2013), no jornalismo convencional as notícias são publicadas de forma diária, semanal e mensal, a pesquisa é feita com rapidez, a história pode ser curta e a documentação pode ser substituída pelas declarações das fontes. Além disso, sobre as relações de fontes, os jornalistas (2013) explicam que, frequentemente, não há verificação da boa fé delas, o repórter precisa aceitar a versão oficial, mesmo podendo contrastá-la com as falas de outras fontes, o repórter tem menos informações que a maioria destas e que as fontes geralmente são identificadas. Em relação aos resultados, Hunter e Hanson (2013) dizem que o repórter espera apenas informar o público, sendo objetivo e sem viés. Outrossim, os autores (2013) destacam que o engajamento pessoal do repórter não é necessário, os erros geralmente não comprometem o conteúdo da reportagem e que a história desta não precisa ter um fim.

Um dos principais elementos presentes no jornalismo, seja convencional ou investigativo, é a pauta. Ela pode ser escrita ou não. Em um acidente de trânsito, por exemplo, não há tempo para escrevê-la. Para Rossi (1985, p. 16), “a pauta acabou se transformando em uma espécie de Bíblia, ocasionando distorções e limitações ao

trabalho jornalístico”. Há quatro limitações da pauta conforme o autor (1985). A primeira é a criação de um círculo vicioso, pois, de acordo com Rossi (1985), a pauta é feita a partir do que os jornais publicam. “Em consequência (sic), a pauta reflete apenas parcialmente o que está acontecendo ou quais os assuntos que preocupam, efetivamente, o público em geral” (ROSSI, 1985, p. 17).

A segunda limitação, para Rossi (1985), é que a pauta geralmente reflete a visão daqueles que estão nas redações, e não dos repórteres, que ficam mais tempo nas ruas; a terceira é o surgimento de um profissional exclusivo para a criação de pautas, chamado de “pauteiro”; e a quarta não está diretamente ligada à pauta. Essa limitação, de certa maneira, “condiciona o repórter a obedecer aos quesitos previstos ou pedidos pelos pauteiros” (ROSSI, 1985, p. 19). O autor (1985) ressalta, no entanto, que o repórter pode abordar determinado assunto da maneira que achar mais correta quando não conhecer inteiramente a pauta, o que implica o risco de não pensar da mesma forma que o editor ou a chefia da Redação.

Outro tópico muito presente no jornalismo, especificamente no jornalismo convencional, é o *lead*, que, em português, significa “conduzir”. O *lead* procura responder às seis principais perguntas – o quê, quem, quando, onde, como e por que – no primeiro parágrafo da reportagem. Segundo Noblat (2016, p. 99), “o *lead* é inimigo do prazer que a leitura de um texto pode proporcionar. Porque inibe a imaginação e a criatividade dos jornalistas. E estimula a preguiça”. Rossi (1985) também critica o uso do *lead*:

Essa esquematização conduziu a tal padronização da informação jornalística que ela parece rigorosamente a mesma, com pequenas variações de palavras, seja publicada na Folha de S. Paulo ou no Jornal do Brasil, por exemplo, embora, obviamente, cada uma dessas publicações se destine a públicos diferentes. E, conseqüentemente (sic), o repórter e o editor deixaram de ter como característica central o domínio do idioma, de seu próprio estilo pessoal e da melhor maneira de captar o interesse do leitor (conduzi-lo a ler toda matéria), para se transformarem em especialistas numa técnica: a técnica de redigir informações que respondam às seis perguntas fundamentais, de preferência sintetizando-as no *lead* ou abertura da matéria (ROSSI, 1985, p. 26).

Para contribuir na padronização, “generalizou-se o emprego do chamado copidesque, outra importação de modelos estrangeiros” (ROSSI, 1985, p. 26). Segundo Rossi (1985, p. 27), “o copidesque funciona como o primeiro filtro pelo qual passa a produção do repórter”. Hoje, porém, a profissão de copidesque praticamente

não existe mais. Ainda de acordo com o autor (1985), existem outros filtros entre o fato visto pelo repórter e a publicação da notícia no jornal: o editor, o tamanho da reportagem, o tamanho do título desta, a colocação na página e a cúpula da Redação.

Sobre a especialização, um dos pontos abordados por Rossi (1985) e Sousa (2001), ambos os jornalistas se mostram favoráveis, embora tenham entendimentos diferentes sobre o termo. Enquanto Sousa (2001) pensa que o jornalismo político, o qual será o assunto do próximo subcapítulo, é um exemplo de especialização, Rossi (1985) acredita que este é um exemplo de macroespecialização. Conforme Sousa (2001, p. 17), “um jornalista especializado domina melhor os assuntos, cultiva fontes privilegiadas, organiza uma agenda e um arquivo pessoal que lhe são de grande utilidade”. Por esse motivo, o jornalista especializado tem melhores condições de analisar um acontecimento envolvendo sua área de atuação (SOUZA, 2001).

2.2 Jornalismo político

O jornalismo no Brasil nasceu político e opinativo. Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, os primeiros jornais impressos brasileiros foram criados. Um deles, chamado Correio Braziliense, era editado por Hipólito José da Costa em Londres, porque “o jornalista defendia ideias (sic) revolucionárias tais como a abolição da escravatura e a independência do Brasil” (ADGHIRNI, 2005, p. 49). Se o jornal de Hipólito era contra Dom João VI, o veículo que contava com o apoio oficial era a Gazeta do Rio de Janeiro. Ambos os jornais circularam até a época da independência do Brasil. Havia outros periódicos contrários ao de Hipólito, como Idade de Ouro do Brasil (1811-1823) e O Investigador português em Inglaterra (1811-1819).

Quando Dom João VI estava de saída do país, o primeiro jornal impresso livre editado no Brasil que defendia as ideias da Revolução Francesa foi lançado: o Revérbero Constitucional Fluminense (1821-1822). Pouco tempo antes foi criado o primeiro periódico informativo do país: o Diário do Rio de Janeiro (1821-1878). Outros jornais surgiram na época de Dom Pedro I, como A Aurora Fluminense (1827-1839), Jornal do Comércio (1827-2016), Diário de Pernambuco (1825-atualmente), O Observador Constitucional (1829-1831) e A Malagueta (1821-1832). Conforme Seabra (2006, p. 117), o editor deste último, Luis Augusto May, foi “perseguido e espancado a mando do próprio imperador, segundo algumas fontes”.

Após a saída de Dom Pedro I do Brasil, em 1831, o país passou pelo período regencial, que durou até 1840, quando D. Pedro II completou 14 anos de idade. De acordo com Rêgo (2019, p. 18-19), “neste período, o grande destaque de publicações foi a respeito do debate sobre a maioridade, dividindo os jornais entre conservadores e liberais”. A imprensa da época teve participação nas principais revoltas provinciais: Cabanagem, ocorrida no Pará, Sabinada, na Bahia, e Farroupilha, no Rio Grande do Sul (SEABRA, 2006). O autor do Novo Diário da Bahia (1837-1838), inclusive, inspirou o nome da rebelião que aconteceu no estado baiano (SEABRA, 2006). A única revolta conhecida em que a imprensa não teve papel importante foi a Balaiada, no Maranhão.

A década de 1850 foi de “paz”. Segundo Sodré (1999, p. 182, apud SEABRA, 2006, p. 120), “nos fins da primeira metade do século XIX, os pasquins haviam desaparecido, praticamente”. Como o Brasil havia se tornado o maior produtor de café do mundo, foram desenvolvidas linhas férreas que ajudaram no transporte de informações. Jornais tradicionais, como Gazeta de Notícias (1875-1942) e Jornal do Comércio, modernizaram-se e outros surgiram, como O Estado de S. Paulo (1875-atualmente) e Correio Paulistano (1854-1963). Com o início da Guerra do Paraguai, em 1864, o Brasil deixou de viver um período de relativa tranquilidade.

Depois de acabar a Guerra do Paraguai, em 1870, as campanhas abolicionista e republicana ganharam espaço nos jornais. O primeiro periódico que defendeu abertamente o fim da monarquia foi A República (1870-1888), de Salvador de Mendonça. Nesse período houve uma aproximação entre jornalismo e literatura (SEABRA, 2006). Um dos personagens foi Machado de Assis, que começou escrevendo crônicas em homenagem a Dom Pedro II, em 1855 (SEABRA, 2006). Conforme Seabra (2006, p. 123), “na década seguinte ele fará parte de uma nascente reportagem política que fazia a cobertura dos discursos e negociações no Senado do Império”.

Entre 1889 e 1894, o país vivenciou a República dos Marechais. Os militares que assumiram o poder impuseram a censura à imprensa. Já em 1894 foi iniciada a República Velha, que teve fim em 1930. Nesse período, os jornais eram oficiais ou oposicionistas. Segundo Seabra (2006, p. 25), dois periódicos representavam bem essa época: “O País, veículo tradicionalista ligado à elite agroexportadora, e o Correio da Manhã, jornal que representava as camadas médias da sociedade e fazia uma oposição feroz à política do ‘café com leite’”. Foi a partir de 1922 que a política dos

governadores começou a entrar em declínio. Em 1923 foi promulgada a Lei de Imprensa, que instalou a censura prévia.

No ano de 1930, Getúlio Vargas, por meio de um golpe de estado, assumiu o poder, dando início à República Provisória. A ditadura de Vargas intensificou a censura à imprensa com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, já no Estado Novo, que terminou em 1945. Rêgo (2019, p. 21-22) afirma que “o governo utilizou ainda de estratégias de coerção para os que apoiassem o regime, como o subsídio de papel para impressão e isenção de impostos”. Apesar de o Estado Novo ter acabado logo após o término da Segunda Guerra Mundial, Vargas voltou ao poder em 1951, pelo voto popular. A censura da época em que ele foi ditador acabou no ano de 1945.

A República Populista, iniciada em 1946, teve como primeiro presidente Eurico Gaspar Dutra. A partir desse momento, até 1964, quando o país volta a viver sob uma ditadura, houve liberdade de imprensa. São desse período os jornais Última Hora (1951), de Samuel Wainer, e Tribuna da Imprensa (1949), de Carlos Lacerda. Enquanto o primeiro apoiava Vargas, o segundo era antigetulista. Para Seabra (2006, p. 128), “esses dois jornais representaram durante um período da história do Brasil o que havia de melhor e de pior no jornalismo político brasileiro”. Foi nessa época também que o *lead* começou a aparecer nas matérias jornalísticas.

De 1964 até 1985, o país passou por uma ditadura. No início, os veículos que discordavam do regime militar foram boicotados. E, em 1968, com o AI-5, a imprensa sofreu muito com a censura. Ou seja, jornais críticos, como A Última Hora, perderam espaço até desaparecer (SEABRA, 2006). No entanto, surgiram revistas que fazem análises políticas, como Veja (1968-atualmente) e IstoÉ (1976-atualmente). Segundo Rêgo (2019, p. 24), “os censores foram às redações e verificavam todo o material de publicação, liberando ou vetando e até cortando trechos das matérias”. Nessa época, jornalistas envolvidos direta ou indiretamente com a imprensa alternativa foram perseguidos. O caso mais conhecido foi o da morte de Vladimir Herzog.

Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, chefe do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, morre nas celas do DOI-CODI paulista, após seguidas sessões de tortura. Herzog era simpatizante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o velho Partidão, mas nunca esteve envolvido com ações armadas contra o governo e sempre trabalhou na grande imprensa. Sua morte causou e mobilizou milhares de pessoas em um ato público em São Paulo, o primeiro depois de decretado o AI-5 (SEABRA, 2006, p. 133).

Em 1983, dois anos antes do fim da ditadura, surgiu o movimento das Diretas Já, que exigia eleições diretas para a Presidência da República. Mas a proposta da emenda constitucional foi rejeitada pelo Congresso, o que frustrou os brasileiros. Nesse período, a maior emissora de televisão do Brasil, a TV Globo, ignorou o movimento até os cidadãos começarem a cobrar a divulgação das manifestações. Ressalta-se que, a princípio, poucos jornais divulgaram o movimento. Já em 1985, um ano após o regime militar, a imprensa apoiou Tancredo Neves, que venceu a eleição indireta contra Paulo Maluf. Entretanto, Neves morreu antes de assumir o cargo, e seu vice, José Sarney, tornou-se o primeiro presidente depois de mais de 20 anos de ditadura.

Quatro anos depois, em 1989, houve a primeira eleição direta para presidente após o período do regime militar. Os principais candidatos foram Lula da Silva, do PT, e Fernando Collor, que, na época, era filiado ao PRONLINE. Eara Seabra (2006, p. 135-136), os jornalistas em sua maioria apoiavam o candidato do PT, “mas os padrões penderam a gangorra para a candidatura de Fernando Collor”. Collor venceu, mas, antes de completar os quatro anos de mandato, renunciou ao cargo, para não sofrer *impeachment*. Somente a partir de 2002, ano em que Lula foi eleito presidente do Brasil, a imprensa tentou ser neutra em relação à política.

Figura 1 – O começo de uma nova era



Fonte: O Globo, nº 25.284, 2002

Figura 2 – Lula anuncia secretaria de emergência contra a fome



Fonte: O Globo, nº 25.286, 2002

2.3 Jornalismo investigativo

Acredita-se que as origens do jornalismo investigativo estejam na imprensa norte-americana, embora haja poucas informações sobre a história do jornalismo no mundo oriental (NASCIMENTO, 2007). Para Sousa (2004, apud NASCIMENTO, 2007), essas origens datam do final do século XIX, quando Joseph Pulitzer, empresário norte-americano, utilizou recursos gráficos e grandes manchetes em um de seus jornais, o *The World*. Embora Santoro (2004, apud NASCIMENTO, 2007) concorde que o jornalismo investigativo nasceu nos Estados Unidos, ele acredita que essa área data do início do século XX.

No Brasil, também não é possível afirmar quando que as reportagens investigativas começaram a surgir. Porém, Nascimento (2007) diz que há reportagens produzidas no país no início do século XX que possuem características do jornalismo investigativo, como a reportagem realizada pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em novembro de 1923, que acusou o ex-presidente da República Epitácio Pessoa de ter “beneficiado exportadores de açúcar em troca de uma jóia (sic) oferecida a sua mulher” (NASCIMENTO, 2007, p. 48).

Na abertura da assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), realizada em Los Angeles no mês de outubro de 1996, o jornalista colombiano Gabriel

García Márquez defendeu que qualquer prática jornalística precisa de investigação (SOUZA e FREIRE, 2019). Porém, de acordo com Souza e Freire (2019, p. 4), “o jornalismo investigativo se enquadra em uma categoria que se diferencia das outras pelo seu processo de produção com métodos e estratégias próprias”. Na mesma perspectiva, Hunter e Hanson (2013, p. 8) afirmam que, “ao contrário do que alguns profissionais gostam de dizer, o jornalismo investigativo não é apenas o bom e velho jornalismo bem realizado”.

De fato, ambas as formas de jornalismo [convencional e investigativo] focalizam os elementos de quem, o que, onde e quando. Mas o quinto elemento da cobertura convencional, o “por que”, torna-se o “como” na investigação. Os outros elementos são desenvolvidos não apenas em termos de quantidade, mas também em termos de qualidade. O “quem” não é apenas um nome ou um título, e sim uma personalidade, com traços de caráter e um estilo. O “quando” não está presente nas notícias, e é um continuum histórico – uma narrativa. O “que” não é meramente um evento, e sim um fenômeno com causas e consequências. O “onde” não é apenas um endereço, e sim uma ambientação, na qual certas coisas se tornam mais ou menos possíveis. Esses elementos e detalhes dão ao jornalismo investigativo, em sua melhor forma, uma poderosa qualidade estética que reforça o seu impacto emocional (HUNTER; HANSON, 2013, p. 8).

Conforme Hunter e Hanson (2013, p. 8), “o jornalismo investigativo envolve expor ao público questões que estão ocultas – seja deliberadamente por alguém em uma posição de poder, ou acidentalmente, por trás de uma massa desconexa de fatos e circunstâncias que obscurecem a entendimento”. Ainda de acordo com os autores (2013), a cobertura investigativa pode ser chamada também de cobertura empreendida, porque a reunião ou geração dos materiais dependem da iniciativa do próprio repórter. Os jornalistas (2013) destacam que, a cada passo do processo, a investigação dá mais trabalho para o jornalista, embora seja possível realizá-la de forma prazerosa.

No jornalismo investigativo, as informações são publicadas somente após a sua coerência e completude estarem garantidas, a pesquisa continua até ser confirmada a história, esta pode ser muito longa e a documentação é importante para confirmar ou não as informações das fontes (HUNTER; HANSON, 2013). Sobre as relações de fontes, os autores (2013) dizem que o jornalista investigativo precisa verificar todas as informações, as informações oficiais não são reveladas ao repórter, este pode negar a versão oficial da história, baseando-se em informações de fontes independentes, o repórter tem mais informações do que suas fontes e que estas, geralmente, não são

identificadas. Em relação aos resultados, Hunter e Hanson (2013, p. 9) explicam que “a história visa a penetrar ou expor uma dada situação, para que seja reformada ou denunciada, ou, em certos casos, para que se promova um exemplo de um caminho melhor”. Os pesquisadores (2013) também dizem que o engajamento pessoal do repórter é necessário, um juízo de valor ou veredito sobre a história pode ser oferecido pelo repórter, a história precisa ter uma conclusão e que erros não devem ser cometidos pelo jornalista.

Um dos casos mais conhecidos de jornalismo investigativo surgiu em junho de 1972, quando dois repórteres do jornal *The Washington Post*, chamados Bob Woodward e Carl Bernstein, iniciaram uma série de reportagens que ligariam o governo norte-americano à invasão do escritório do Comitê Nacional do Partido Democrata, localizado no 6º andar do edifício Watergate, em Washington. Segundo Nascimento (2007, p. 44-45), no momento da invasão, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, “estava preparando o anúncio oficial de sua candidatura à reeleição”.

O Comitê de Reeleição do Presidente (CRP) sustentou a princípio a tese de que os cinco arrombadores presos eram ligados a um movimento anti-Fidel Castro e pretendiam descobrir se havia indícios de doações do governo de Cuba para o comitê dos democratas. Essa versão foi aceita pela maior parte da imprensa norte-americana, mas os dois repórteres do *Post* começaram a coletar elementos que apontavam para o envolvimento direto do CRP no arrombamento. Bernstein e Woodward primeiro descobriram que parte dos arrombadores havia trabalhado para a CIA (a agência norte-americana de inteligência); depois ficaram sabendo que os cinco tinham sido pagos; a seguir apuraram que o CRP guardava uma reserva secreta para bancar espionagem e, a partir daí, conseguiram as provas de que saíra desse fundo o dinheiro da invasão do Watergate (NASCIMENTO, 2007, p. 45).

A fonte que auxiliou os trabalhos de Woodward e Bernstein foi o então vice-diretor do FBI, Mark Felt, porém, na época, seu nome foi mantido em sigilo. Felt revelou ser o “Garganta Profunda” em 2005, 33 anos após a invasão. Conforme Nascimento (2007, p. 46), “nos meses que se seguiram, a competição dos dois com repórteres do *The New York Times* permitiu a revelação de uma série de outras irregularidades envolvendo o governo e os fundos de campanha”. Uma investigação oficial sobre o caso foi aberta e, ao longo deste processo, descobriu-se que Nixon sabia da invasão e que havia fitas contendo conversas comprometedoras com ele (NASCIMENTO, 2007). Nixon, então, entregou os áudios – parcialmente apagados – e, em agosto de 1974, renunciou ao cargo de presidente da República.

Um dos elementos mais importantes do jornalismo investigativo é a hipótese. Conforme Hunter, Sengers e Thordsen (2013), esse é o método mais eficiente de investigação, porque dá ao repórter algo a se verificar, aumenta a possibilidade de descobrir segredos, facilita o gerenciamento do projeto, permite ser usado diversas vezes, e ajuda a entregar uma história. Mas os jornalistas (2013, p. 17) alertam para os perigos da investigação baseada em hipótese: “é uma ferramenta que pode cavar uma boa medida da verdade, mas ela também pode cavar uma profunda cova para os inocentes”. Ressalta-se que não é preciso que o repórter crie uma hipótese (HUNTER, SENGENS e THORDSEN, 2013).

2.4 Ética jornalística

Antes de se falar em ética no jornalismo, é preciso entender a diferença entre ética e moral. Conforme Christofolletti (2008, p.16), a moral é “um conjunto de valores que orientam a conduta, as ações e os julgamentos humanos. Valores como bondade, justiça, liberdade, igualdade, respeito à vida, entre tantos outros”. Já a ética é aquilo que nós, seres humanos, fazemos com a moral (CHRISTOFOLETTI, 2008). A ética a que o autor (2008) se refere tem duas dimensões: individual e social.

Na primeira, são mobilizados os valores pessoais, cultivados pelo indivíduo, suas convicções morais. Na segunda dimensão, operam os valores que absorvemos dos grupos sociais que frequentamos (família, trabalho, amigos, escola, igreja, por exemplo), manifestam-se as vontades e julgamentos coletivos (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 17).

Quando o paciente ou os responsáveis legais dele não autorizam uma transfusão de sangue que se faz necessária para mantê-lo vivo, por exemplo, o médico recorre não somente aos valores pessoais como também aos valores do seu trabalho, do paciente, dos familiares deste, para decidir se irá respeitar ou não a decisão do paciente ou de seus responsáveis legais. É um dilema ético bastante complicado, na medida em que o profissional pode se sentir responsável pela morte de uma pessoa, caso resolva não fazer a transfusão, ou, se optar por fazê-la, o médico pode se sentir culpado por não respeitar a liberdade de escolha de alguém.

Situações assim, obviamente, também ocorrem no jornalismo. Um jornalista investigativo que descobre, mesmo que sem intenção, que um amigo muito próximo a ele está envolvido em um esquema criminoso, por exemplo, também recorre às

dimensões individual e social. Isso porque, embora o profissional possa acreditar que não se deve denunciar um amigo, ele irá pensar também nos valores do jornalismo, da sua família. É uma escolha difícil, pois o jornalista em questão pode descumprir uma norma importante do jornalismo se deixar de denunciar seu amigo criminoso ou, caso o denuncie, pode acabar afastando-se dele.

Com a definição de ética e os exemplos postos, surge uma dúvida: a narrativa de que a ética é uma coisa abstrata é verdadeira? Pode-se dizer que não. Afinal, embora consista realmente em algo imaterial, que não pode ser tocado, “as implicações de uma escolha ética podem intervir materialmente sobre a vida de pessoas e grupos sociais” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 18). Ou seja, se um jornalista afirma em uma matéria que determinada pessoa cometeu um grave crime, como pedofilia, mas depois descobre que o sujeito é inocente, o acusado sofrerá danos financeiros e será ameaçado por causa do equívoco do profissional.

Um dos maiores erros cometidos pela imprensa brasileira ocorreu em 1994, quando jornalistas afirmaram, sem provas, que aconteciam orgias sexuais com crianças na Escola de Educação Infantil Base, localizada em São Paulo. Boa parte das informações divulgadas pelos repórteres foram passadas pelo delegado incumbido da investigação, Edélcio Lemos. Meses depois do início do caso, os suspeitos foram inocentados por outro delegado: Gérson de Carvalho. As consequências do erro dos repórteres foram trágicas: o colégio foi depredado e os suspeitos ficaram doentes e tiveram prejuízos financeiros (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Além de poder provocar a morte social de pessoas, como no caso da Escola Base, o mau jornalismo pode provocar a morte física de cidadãos (CHRISTOFOLETTI, 2008). Um exemplo bem conhecido da mídia internacional aconteceu em 1997, quando a perseguição de fotógrafos foi o principal motivo do acidente que matou a princesa Diana e seu namorado, Dodi Al-Fayed. Portanto, como explica Christofolletti (2008, p. 20), afirmar que a ética é abstrata “nos desmotiva a pensar profundamente sobre a natureza de nossas escolhas e a repercussão de nossas ações”.

Outro ponto importante de discussão é se o jornalista tem ética própria. Para Karam (1997, apud CHRISTOFOLETTI, 2008), há valores específicos do jornalismo que servem de orientação para os profissionais da área. Esse ponto de vista vai de encontro com o de Abramo (1988, apud CHRISTOFOLETTI, 2008), que acredita que a ética do jornalista é a mesma do cidadão. O pensamento de Karam é considerado

mais válido, na medida em que um determinado valor moral presente na sociedade pode ter mais importância do que outro no jornalismo, como a verdade. No entanto, como diz Christofolletti (2008, p. 21), “isso não significa que jornalistas sejam mais verdadeiros que as demais pessoas, mas transgredir nesse terreno provoca consequências mais graves para esses profissionais”.

Quando se fala em ética profissional, fala-se, logicamente, em deontologia. De acordo com Bertrand (1999, p. 52, apud SIMIÃO, 2016, p. 6), a deontologia é “frequentemente uma tradução não escrita que determina, por consenso, o que ‘se faz’ o que ‘não se faz’”. A partir dela, foram criados códigos de ética. Como será visto ainda neste subcapítulo, existem documentos mais simples e flexíveis e outros mais complexos e rígidos. “A maioria das nações onde o regime não é ditatorial possui atualmente ao menos um código de imprensa” (BERTRAND, 1999, p.79, apud SIMIÃO, 2016, p. 6).

Distintamente das leis, os códigos de ética são gerados na e pela comunidade a que se destina. Isto é, lideranças profissionais e representantes dos trabalhadores reúnem-se, discutem e redigem os documentos. Seus elementos são os valores que regem e dão fundamento às profissões. Por isso, os códigos trazem recomendações, indicações de conduta. Perceba bem, não são intimações ou obrigações, mas recomendações. Se as leis exercem um controle que se pretende total, os códigos dependem mais da convicção, da boa vontade, da consciência e da disposição das pessoas em segui-los. Como não têm o poder das leis e porque são resultados da autorregulação de um coletivo, os códigos só funcionam mesmo se os sujeitos cultivarem os valores ali expressos, concordarem e se engajarem numa proposta ética. Em resumo: quem manda é o livre arbítrio (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 80).

Nos Estados Unidos, o código de ética foi aprovado pelo Comitê de Ética da American Society of Newspaper Editors (ASNE) em 1922. Depois de 53 anos, em 1975 o documento foi atualizado, passando a chamar-se Declaração de Princípios sobre a Conduta do Jornalista (SIMIÃO, 2016). No Brasil, existem diversos códigos de ética, mas, segundo Christofolletti (2008, p. 81), isso “não impede que o jornalismo seja uma atividade marcada por desvios e falhas éticas”. Os mais conhecidos e que tenham relação com este trabalho são: Código de Ética e Autorregulamentação, da Associação Nacional de Jornais (ANJ); Princípios Éticos, da Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER); e Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Os códigos da ANJ e da ANER são voltados às empresas jornalísticas dos meios impressos. O primeiro contém dez preceitos que os jornais comprometem-se a cumprir, já o segundo, oito. É defendido, no documento da ANJ, em parágrafo único, “que as associadas deverão adotar, de forma transparente, mecanismos e critérios próprios de autorregulamentação, e que sejam de conhecimento do seu público leitor” (QUEIROZ, 2012, p. 7). Esse código tem apenas dois compromissos a mais que o da ANER, que são: publicar fatos de interesse público independente de quaisquer interesses e corrigir erros de edições passadas. Os outros oito itens são praticamente iguais aos do documento da ANER.

Quadro 1 – Preceitos do Código de Ética e Autorregulamentação, da ANJ

Números	Preceitos
1	Manter sua independência.
2	Sustentar a liberdade de expressão, o funcionamento sem restrições da imprensa e o livre exercício da profissão.
3	Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses.
4	Defender os direitos do ser humano, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa.
5	Assegurar o acesso de seus leitores às diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade.
6	Garantir a publicação de contestações objetivas das pessoas ou organizações acusadas, em suas páginas, de atos ilícitos ou comportamentos condenáveis.
7	Preservar o sigilo de suas fontes.
8	Respeitar o direito de cada indivíduo à sua privacidade, salvo quando esse direito constituir obstáculo à informação de interesse público.
9	Diferenciar, de forma identificável pelos leitores, material editorial e material publicitário.
10	Corrigir erros que tenham sido cometidos em suas edições.

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Código de Ética e Autorregulamentação (ANJ, 2017, online)¹

Quadro 2 – Princípios éticos, da ANER

Números	Princípios
1	Manter a independência editorial, trabalhando exclusivamente para o leitor.
2	Garantir, efetivamente e sem subterfúgios, o direito de resposta aos que provarem que foram difamados, caluniados ou injustiçados.
3	Zelar pela liberdade de expressão e pelo livre exercício da profissão de jornalista.
4	Assegurar ao leitor as diferentes versões de um fato e as diversas tendências de opinião da sociedade sobre esse fato.
5	Preservar o sigilo de fontes.

¹ Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/leis/tag/Código%20de%20Ética.html>. Acesso em: 20/10/2020.

6	Respeitar o direito do indivíduo à privacidade, salvo quando esse direito constituir obstáculo à informação de interesse público.
7	Diferenciar espaço editorial e espaço publicitário de maneira facilmente identificável pelo leitor.
8	Defender os direitos humanos, os valores da democracia representativa e a livre iniciativa.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos princípios éticos (ANER, [21--?], online)²

Diferentemente desses dois documentos, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assinado pela FENAJ, contém dezenove artigos, que estão divididos em cinco capítulos. Justamente por conter um número maior de preceitos e, também, por dirigir-se aos profissionais, a análise da ética jornalística na série Vaza Jato terá como base itens desse código. Os preceitos que serão analisados nesta monografia estão presentes nos capítulos II e III do documento. Pode-se dizer, porém, que há falhas neste código, como o fato de suas cláusulas não terem sido redigidas em comum acordo com as empresas. Segundo Bucci (2000, p.12, apud SIMIÃO, 2016, p. 6), “ela [a ética] encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos públicos”.

2.5 Objetividade

A objetividade é, muitas vezes, tratada como sinônimo apenas de neutralidade, embora a categoria seja permeada também, conforme mostra Sponholz (2008), por outros princípios. Rossi (1985) acredita que a objetividade é um mito, ou seja, não existe, mas utiliza um exemplo de falta de neutralidade ao fazer essa afirmação. O jornalista (1985) diz que, após um jogo disputado entre o São Paulo Futebol Clube e a Associação Portuguesa de Desportos, o repórter da partida escreveu sessenta linhas sobre o confronto, mas só falou das qualidades e defeitos do seu próprio time, o São Paulo, sendo que a Portuguesa foi a equipe vencedora. O que o autor (1985) quis dizer, na verdade, é que o repórter do jogo não foi neutro.

O termo objetividade, porém, surgiu no país como sinônimo de pirâmide invertida, modelo de texto jornalístico em que as informações são organizadas em ordem decrescente de importância, nos anos 1950, junto da reforma do jornal Diário

² Disponível em: <https://www.aner.org.br/institucional/principios-eticos>. Acesso em: 20/10/2020.

Carioca (RIBEIRO, 2002, apud SPONHOLZ, 2008). Em função da não existência no Brasil, até o ano de 2007, de pesquisas com jornalistas, leitores e fontes sobre definições dessa categoria, Sponholz (2008) realizou um levantamento com 20 jornalistas brasileiros referente ao tema. A partir dele, descobriu o que eles entendiam como objetividade e se rejeitavam ou aprovavam cada uma das noções relacionadas ao termo.

Figura 3 – Pirâmide Invertida



Fonte: Davy ([2018?], online)³

Antes de mostrar as noções de objetividade e a aprovação de cada uma delas, ressalta-se que já foram realizadas pesquisas sobre o assunto em outros países. Segundo Mindich (1998, apud SPONHOLZ, 2008), os conceitos de objetividade desenvolvidos nos Estados Unidos no século XIX podem ser resumidos em separação, imparcialidade, facticidade, equilíbrio e em modelo de pirâmide invertida. Já Donsbach (1993, apud SPONHOLZ, 2008) diz que jornalistas britânicos e americanos associam o termo com a noção de pluralismo, enquanto os profissionais alemães e italianos relacionam-no com relevância.

Quadro 3 – Noções de objetividade

Posição	Noções de objetividade em ordem de importância
1ª	Neutralidade

³ Disponível em: <https://platzi.com.br/blog/piramide-invertida-jornalismo-digital/>. Acesso em: 19/10/2020.

2ª	Texto compreensível
3ª	Pluralismo
4ª	Facticidade
5ª	Relevância
6ª	Investigação
7ª	Equilíbrio
8ª	Separação N/C
9ª	Imparcialidade
10ª	Correlação com a realidade
11ª	Consenso

Fonte: Elaborada pelo autor com base no estudo de Sponholz (2008, p. 72-73)

Investigação, texto compreensivo, equilíbrio, relevância, separação entre notícias e comentários, imparcialidade, correlação com a realidade e consenso foram as noções de objetividade aprovadas pela maioria dos entrevistados (SPONHOLZ, 2008). Já neutralidade, pluralismo e facticidade foram rejeitadas pela maior parte deles, conforme o estudo de Sponholz (2008). A rejeição desses três princípios faz sentido, na medida em que deixar de dar opinião e ouvir todas as versões não significa que o jornalista retratará a realidade. Além disso, de acordo com a autora (2008, p. 74), “o foco em fatos não é uma alternativa aceitável para os entrevistados, porque isso se choca com uma função primária do jornalismo, a de organizar e traduzir a realidade para o leitor”.

Sobre a neutralidade, noção mais citada entre os entrevistados, há quem acredite que seu significado seja diferente do que diz Sponholz (2008). Apesar de Hunter (2013, p. 63) dizer que é preciso ser neutro em relação aos fatos, por exemplo, ele afirma que a “neutralidade não significa, e não pode significar, uma indiferença em relação às consequências de certos fatos, e é isso que muitos políticos adorariam obter quando eles acusam os repórteres de não estarem sendo objetivos”. Entretanto, neste trabalho, o princípio da neutralidade é definido como o antônimo de subjetividade, por ser a definição de uma pesquisadora, no caso Sponholz, do tema objetividade.

2.6 The Intercept e The Intercept Brasil

No ano de 2013, Edward Snowden, ex-administrador de sistemas da CIA, revelou ao jornalista Glenn Greenwald⁴, do jornal britânico The Guardian, detalhes dos programas de vigilância utilizados pelos Estados Unidos para espionar pessoas no mundo todo. Ele mostrou que o país coletava dados de usuários do Skype, Google e Facebook. As revelações, conseqüentemente, “custaram a Snowden a sua perseguição, fazendo-o buscar asilo em 21 países (entre eles o Brasil), sendo aceito em Moscou, na Rússia, onde vive em exílio” (RÊGO, 2019, p. 59). O fundador do Ebay, Pierre Omidyar, gostou da história e, então, propôs aos jornalistas Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill, em 2014, a criação de uma agência de notícias para denúncias, a qual nomearam como The Intercept.

Graças às reportagens sobre o esquema de espionagem americano, Greenwald foi o vencedor do prêmio Pulitzer em 2014 e no ano seguinte, no Brasil, ganhou o Prêmio Esso de Reportagem, sendo o primeiro estrangeiro a conquistá-lo pelos artigos sobre a vigilância americana no território brasileiro. Em suas investigações foi comprovado que Dilma Rousseff foi uma das chefes de estado vítimas desta espionagem, tendo sido monitorada durante as conversas com seus assessores (RÊGO, 2019, p. 60).

Uma das formas de enviar denúncias anônimas à agência de notícias é pelo servidor Securedrop. Entretanto, o veículo já colaborou, por descuido, com a prisão de uma de suas fontes que pediram para não ser identificadas. A história começou quando Reality Winner, linguista da Agência Nacional de Segurança (NSA na sigla em inglês), imprimiu e enviou ao The Intercept, no início do mês de maio de 2017, “um relatório secreto sobre os ataques cibernéticos russos ao software de votação americano que parecia responder a algumas dúvidas de Greenwald sobre a interferência russa na campanha de 2016” (SMITH, 2020, online).

No dia 3 de junho, Winner foi presa pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. A prisão foi anunciada uma hora depois da publicação do The Intercept sobre o relatório. Conforme Smith (2020, online), “o principal repórter enviou uma cópia do documento, que continha marcações mostrando exatamente onde e quando ele tinha sido impresso, para o escritório de assuntos de mídia da NSA”, o que auxiliou na

⁴ Durante a finalização da presente pesquisa, em 29 de out. de 2020, o jornalista Glenn Greenwald anunciou sua saída do The Intercept. Alegou em *post* no Twitter estar sofrendo censura.

identificação de Winner como a fonte anônima. Por isso, foi aberta uma investigação sobre o erro cometido pela agência.

A investigação mostrou que o The Intercept auxiliou as autoridades, de forma não intencional, “quando distribuiu o documento na tentativa de verificar sua autenticidade e, em seguida, publicou o documento completo, com as marcas de identificação, na *internet*” (SMITH, 2020, online). Mas Greenwald e Scahill pediram uma segunda investigação, que ficou a cargo do advogado David Bralow. De acordo com Smith (2020, online), o relatório feito por Bralow “citou como questões centrais a decisão de compartilhar o documento com a NSA, a menção de Cole ao carimbo do correio e a publicação das marcas de identificação”.

Em 2016, foi lançada a versão brasileira do veículo, chamada de The Intercept Brasil, para cobrir o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Embora seja uma mídia independente que ofereça conteúdo de forma gratuita, o veículo possui um programa de financiamento coletivo que garante ao assinante benefícios, como livros autografados. Além de dedicar-se a expor ilegalidades cometidas na política, o *site* também cobre meio ambiente, segurança pública, tecnologia, entre outros. Pela quantidade média de publicações mensais ser de quinze reportagens de profundidade, o The Intercept Brasil se diferencia da mídia convencional.

O veículo conta com 22 membros nacionais e 9.540 assinantes, tendo como renda mensal R\$ 272.675,00, conforme Araújo (2019). Até o dia 16 de setembro de 2020, a página do The Intercept Brasil no Facebook tinha 621.189 curtidas, o seu Twitter registrava 759.423 seguidores e o Instagram dessa mídia possuía mais de um milhão de seguidores. O vídeo mais visto no *site* inglês The Intercept, com 283.978 visualizações, trata-se da entrevista exclusiva com Dilma Rousseff, que foi publicada em 19 de maio de 2016, depois de ser afastada do cargo de presidente da República (RÊGO, 2019).

O The Intercept Brasil ficou conhecido em junho de 2019, quando publicou uma série de reportagens referente às conversas privadas de integrantes da Operação Lava Jato e do então juiz Sergio Moro. É mostrado na série, por exemplo, que Moro não agiu de forma imparcial enquanto era juiz. Apesar de as mensagens trocadas pelos procuradores serem verdadeiras, o veículo acabou cometendo alguns erros na reportagem “Chats da Lava Jato revelam que procuradores reclamavam de violações éticas de Moro e temiam que operação perdesse toda credibilidade com sua ida ao governo Bolsonaro”. No dia 29 de junho do ano passado, “horas depois da publicação

feita com base nas mensagens que teriam sido travadas entre membros da força-tarefa, o *site* corrigiu algumas informações” (GAÚCHAZH, 2019, online).

Um dos equívocos cometidos pela mídia foi em relação ao ano em que a procuradora Monique Cheker digitou a seguinte frase: "Moro viola sempre o sistema acusatório e é tolerado por seus resultados". Inicialmente, foi dito que ela havia digitado isso em 1º de novembro de 2019, porém o The Intercept Brasil corrigiu para 1º de novembro de 2018 (GAÚCHAZH, 2019). Outro erro diz respeito à data de uma mensagem do procurador Alan Mansur criticando a esposa de Moro. Em um primeiro momento, o veículo publicou que a mensagem foi enviada em 28 de outubro de 2019, mas depois arrumou para 28 de outubro de 2018 (GAÚCHAZH, 2019). O *site* errou também o local de trabalho de Cheker, afirmando, a princípio, que ela trabalhava no Ministério Público Federal de Barueri e Osasco, em São Paulo. Posteriormente, corrigiu-se, dizendo que a procuradora atua no Ministério Público Federal de Petrópolis, no Rio de Janeiro (GAÚCHAZH, 2019).

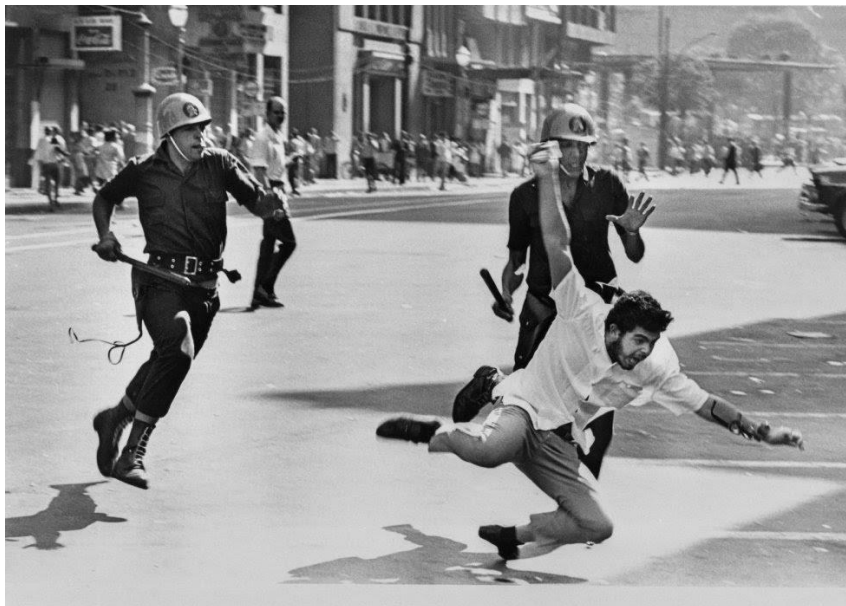
Neste capítulo, foram abordados temas relacionados ao jornalismo, como o seu significado, seus códigos deontológicos, a presença da opinião e da política desde o surgimento dos jornais impressos no Brasil, as características do jornalismo convencional e do investigativo, os diferentes conceitos que permeiam a categoria objetividade e a história do The Intercept Brasil. O próximo capítulo conterà assuntos ligados à política no Brasil, como os últimos presidentes, a história da Operação Lava Jato e a trajetória do ex-juiz Sergio Moro.

3 POLÍTICA

3.1 Brasil na contemporaneidade

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil passou pelo regime militar, que suspendeu os direitos políticos dos cidadãos, cassou mandatos parlamentares, provocou eleições indiretas para governadores, acabou com os partidos políticos, criou duas agremiações políticas – Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, entre outras medidas (CANCIAN, 2014). O governo Médici (1969-1974) ficou conhecido como o mais repressivo do período da ditadura. Conforme Cancian (2014, online), “exílios, prisões, torturas e desaparecimentos de cidadãos fizeram parte do cotidiano de violência repressiva imposta à sociedade”.

Figura 4 – Estudante de medicina em manifestação na Cinelândia, em 1968



Fonte: Moriyama (2018, online)⁵

Na época de Médici, houve o chamado “milagre econômico”. Expandiram-se rodovias, ferrovias, estradas, portos e hidrelétricas, além de o PIB (Produto Interno Bruto) ter crescido 12% ao ano e terem sido gerados milhões de empregos (CANCIAN,

⁵ Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/album/1542923865_871951.html#foto_gal_4. Acesso em: 19/10/2020.

2014). A longo prazo, porém, “o país acumulou uma dívida externa cujo pagamento (somente dos juros) bloqueou a capacidade de investimento do Estado” (CANCIAN, 2014, online). De acordo com Sbardelotto (2006, p. 32), em função do fracasso do modelo político-econômico adotado pelos militares, o Brasil entrou “numa das maiores crises de sua história. Isso se reflete nas elevadas taxas de inflação, de endividamento externo e no déficit público durante o último governo militar, o do chefe de governo João Figueiredo”.

O governo Figueiredo, no final de 1982, aceita as regras do Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter novos empréstimos e contornar parcialmente o estado de insolvência crônica do país. Disso provém, como constata Lopez (1997), o declínio dos reajustes salariais semestrais e a desvalorização do Cruzeiro perante o dólar. No último governo militar, a inflação bate recordes históricos, gerando um forte endividamento externo. Por isso, diversos segmentos da sociedade, entre eles partidos, setores da Igreja, universidades, estudantes, imprensa, artistas, sindicatos, passam a reivindicar o fim do regime militar e a democratização do país (SBARDELOTTO, 2006, p. 33).

O então deputado Dante de Oliveira propôs uma emenda constitucional que pedia a volta das eleições diretas para presidente da República. Apesar de a população ter ido às ruas para reivindicar o fim das eleições indiretas, a emenda foi rejeitada pelo Congresso. Através do Colégio Eleitoral, o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, venceu a disputa contra Paulo Maluf, sendo eleito o primeiro presidente do Brasil depois da ditadura. Entretanto, Neves morreu antes de assumir o cargo. Portanto, seu vice, José Sarney, tornou-se presidente da República em 1985. Sarney era presidente nacional do PDS, sendo um dos responsáveis pela não aprovação das eleições diretas.

Embora tenha sido político da Arena, a qual apoiava o regime militar, Sarney disse que iria cumprir os compromissos de Neves. No ano de 1986, o governo Sarney tentou combater a inflação com o lançamento do “Plano Cruzado, simbolizado pelo lançamento de uma nova moeda, do fim da correção monetária, do congelamento dos preços e pelo reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingisse 20%” (SBARDELOTTO, 2006, p. 34). Contudo, a inflação continuou crescendo, o que fez o governo criar outras políticas para combatê-la, como o Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Nenhum deles teve sucesso. Foi nesse governo, em 1988, que a Assembleia Nacional Constituinte promulgou a nova Constituição Federal no Brasil.

No ano de 1989, houve eleição direta para presidente da República. O candidato vencedor foi o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor, que era do PRN. Ele venceu Lula da Silva, do PT, no segundo turno. Collor “recebeu apoio das forças conservadoras de direita, que congregava desde os interesses mais retrógrados, como o grande latifúndio, até interesses dos grandes industriais e banqueiros” (CANCIAN, 2013, online). Já Lula era o oposto do Candidato do PRN. “[Lula] recebeu apoio dos movimentos populares e sindicais. Defendeu um programa de mudanças na estrutura socioeconômica do país a fim de implementar um modelo socialista” (CANCIAN, 2013).

Com uma imagem de político jovem, preocupado em combater os marajás (funcionários do serviço público com altos salários) e em empreender a modernização administrativa do Estado, Collor propunha um projeto de governo baseado na privatização de empresas estatais, no combate aos monopólios, na abertura do país à concorrência internacional e na desburocratização das regulamentações econômicas (SABERDELOTTO, 2006, p. 37-38).

O plano econômico do governo, chamado de Plano Collor, foi um desastre. Segundo Sbardelotto (2006, p. 38), ele “bloqueia contas e aplicações financeiras nos bancos, confisca cerca de 80% do dinheiro que circula no país e extingue a moeda vigente restabelecendo o antigo Cruzeiro”. Embora tenha sido criado para conter a inflação no país, o plano não funcionou. De acordo com Lopez (1997, p. 148, apud SBARDELOTTO, 2006, p. 38), “ao longo dos anos 1990-1991, os ricos ficaram 5% mais ricos, o salário mínimo atingiu seu valor mais baixo desde 1940 [...] e a taxa de desemprego aumentou em 28% nas seis principais regiões metropolitanas”.

Além do fracasso econômico, o irmão de Fernando Collor, chamado Pedro Collor, denunciou o esquema de corrupção do governo comandado pelo empresário Paulo César Farias. Depois de o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) apontar a ligação entre o então presidente com o empresário, foi aberto o processo de *impeachment* de Collor. O político foi duramente criticado pelos parlamentares e pela população, que foi às ruas pedir seu afastamento. Em setembro de 1992, o Congresso Nacional aprovou o *impeachment*. Mas Collor renunciou ao cargo em dezembro do mesmo ano.

O vice-presidente da época, Itamar Franco, assumiu o comando da nação no final de 1992. Políticos de diferentes partidos compuseram seu ministério, sendo

Fernando Henrique Cardoso o principal. Isso porque foi ele quem anunciou o plano econômico que salvou o Brasil: o Plano Real. Em julho de 1994, o Real passou a ser a moeda nacional. Graças ao plano do então ministro da Fazenda, a inflação diminuiu cerca de 45% entre junho e final de julho de 1994. Foi de 50% para menos de 5%. “Foi em razão do sucesso do plano nas camadas populares que um movimento de candidatura de Fernando Henrique a presidente da República cresce entre grande parte da opinião pública” (SBARDELOTTO, 2006, p. 39-40).

Com o apoio da aliança partidária formada, principalmente, pelo PSDB e pelo PFL, Fernando Henrique foi eleito presidente em 1994 logo no primeiro turno, com 55% dos votos válidos. Já que contava com uma boa base de apoio parlamentar, houve “a continuidade da política econômica e a aprovação de inúmeras reformas constitucionais” (UOL, 2013, online). Nesse primeiro mandato de Fernando Henrique, ele esforçou-se em promover reformas relacionadas à previdência social, administração pública e à privatização de estatais monopolistas (COTRIM, 1999, apud SBARDELOTTO, 2006). Entre as estatais estavam a então Companhia Vale do Rio Doce e empresas de telecomunicação. Conforme Sbardelotto (2006, p. 40), “as medidas tomadas, contudo, não ajudaram a resolver a concentração de renda, nem o desemprego”.

Já no ano de 1997 foi aprovada uma emenda constitucional que permitia a reeleição para presidente, governadores e prefeitos. Assim, Fernando Henrique foi reeleito também no primeiro turno, pois conseguiu combater a inflação com a implementação do Plano Real. Nesse segundo mandato, o então presidente controlou os gastos públicos para manter a estabilidade econômica. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite aos prefeitos, governadores e ao próprio governo federal gastar mais do que arrecada, foi uma das medidas tomadas pelo governo para atingir seu objetivo. “A manutenção do Plano Real e das elevadas taxas de juros, as metas de ajustes fiscais e o controle dos gastos governamentais, contudo, não conseguiram dar conta de suprir lacunas deixadas pelas administrações anteriores” (UOL, 2013, online). Esse segundo mandato de Fernando Henrique foi marcado também por alguns casos de corrupção e por uma “maior dificuldade de governar devido à reorganização das oposições” (UOL, 2013, online).

A corrupção, que contaminou o governo Fernando Collor de Mello, também esteve presente, em episódios como o desvio de verbas da construção do Fórum Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, que

envolveu o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto. Foi nesse governo que o país assistiu ao afastamento do Congresso Nacional dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-BA). ACM foi acusado de estar envolvido na violação do painel eletrônico do Senado. Jader foi acusado por quebrar o decoro parlamentar, por desviar verbas de projetos políticos na época em que foi ministro da Reforma Agrária (SBARDELOTTO, 2006, p. 41).

Em 2002, o candidato do PT, Lula da Silva, finalmente venceu as eleições, depois de mais de década tentando ser eleito presidente da República. A era Lula foi marcada pelo crescimento econômico, redução da pobreza, aprovação da maior parte da população e pelos escândalos de corrupção (SALATIEL, [21--], online). Embora tenha criticado o Plano Real, ele continuou com o programa responsável pelo controle da inflação. Segundo Salatiel ([21--], online), “a medida assegurou a estabilidade econômica e possibilitou que outras questões importantes, como saúde, educação e segurança pública, fossem discutidas”. Nesse período, o Brasil passou para 8º lugar no ranking das maiores economias do mundo, consequência do crescimento médio anual de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). “Neste contexto, a redistribuição de renda foi o principal destaque. Programas sociais como o Bolsa Família, a expansão do crédito e o aumento de empregos formais e do salário mínimo (que passou de R\$ 200 em 2002 para R\$ 510, em 2010) permitiram a ascensão de classes mais pobres” (SALATIEL, [21--], online).

O efeito também foi sentido no setor empresarial: a maior renda do trabalhador converteu-se em compras. A alta no consumo, por sua vez, estimulou investimentos no comércio e na indústria, inclusive em contratações, realimentando o ciclo. O resultado foi a redução em 43% do número de pobres (brasileiros com renda per capita mensal inferior a R\$ 140), que caiu de 50 milhões para 29,9 milhões desde 2003 (SALATIEL, [21--], online).

Internacionalmente, Lula era bem visto pelos líderes mundiais. O então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, chegou a chamá-lo de “O Cara”. No entanto, o posicionamento do político brasileiro sobre países ditatoriais, como Cuba e Irã, prejudicou seu governo. Além de ter comparado protestos no Irã com reclamações de um time derrotado, comparou a morte de um preso político em greve de fome em Cuba com presos comuns (SALATIEL, [21--]). Salatiel ([21--], online) afirma que “foram também vergonhosas as posturas do Brasil em fóruns internacionais com

respeito a área de direitos humanos, como no caso da iraniana condenada a pena de morte, e no apoio ao projeto nuclear do Irã”.

Quanto aos escândalos de corrupção, o principal foi o Mensalão, esquema criminoso de compra de votos no Congresso, ocorrido no primeiro mandato. Já no segundo, houve novos casos, como o dos funcionários do Planalto que usavam cartões de crédito oficiais de forma irregular. Antes de deixar a presidência, Lula deixou o Brasil sem quantidade suficiente de leitos hospitalares e médicos e com 56% dos domicílios sem rede de esgoto, além dos 14 milhões de brasileiros com mais de 15 anos analfabetos (SALATIEL, [21--]). Lula também não fez reformas necessárias para a época, como a agrária, tributária e a da previdência. Conforme Salatiel ([21--], online), “Lula continuou o projeto de um país socialmente mais justo e de moeda estável. Mas, ao mesmo tempo, manteve o que há de pior na política brasileira”.

Com o apoio de Lula, Dilma Rousseff, também do PT, venceu José Serra, do PSDB. Ela foi eleita a primeira presidente mulher do país, com 56% dos votos no segundo turno, em 2010. No início do primeiro mandato, Dilma lançou o Plano Brasil Sem Miséria, visando tirar mais de 16 milhões de brasileiros da pobreza extrema. Ela também deu continuidade a outros programas, como o Minha Casa, Minha Vida, que subsidiava a compra de imóvel para famílias com baixa renda. Seis meses após sua posse, a então presidente afastou os ministros envolvidos em corrupção, o que aumentou sua popularidade. Ainda no primeiro mandato, Dilma sancionou leis importantes, como a Lei de Acesso à Informação, a que alterou o Código Florestal, a que destina 75% dos royalties da exploração do petróleo para a educação, a Lei Marco Civil da *Internet* e a Lei de Organizações Criminosas. Sancionou também o Plano Nacional da Educação.

Nesses quatro primeiros anos de Dilma como presidente, foi lançado o programa Mais Médicos, que incentivava os médicos a atuarem em municípios do interior e em periferias das grandes cidades, e foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, que, no fim, responsabilizou 377 pessoas por crimes como tortura e assassinato entre os anos de 1946 e 1988 (POLATO, ALVES E SAMPAIO, 2016). Em 2013, houve protestos da população brasileira contra o aumento do preço do transporte público. Dilma, então, propôs cinco pactos – responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação – e um plebiscito para uma reforma constituinte. Apenas um pacto foi cumprido: o da saúde, por meio da criação do Mais Médicos. Foi nesse período também que surgiu a Operação Lava Jato, a maior

iniciativa que visa combater a corrupção no Brasil. Apesar do crescimento econômico nos primeiros três anos de governo, a economia do país piorou nos anos seguintes de Dilma no poder.

Só em 2015, o PIB recuou 3,8%. A inflação disparou com o “tarifaço” de energia elétrica após a eleição de 2014, ultrapassando os dois dígitos, após o governo ter reduzido o preço da conta de luz em 18% para o consumidor e até 32% para as indústrias. O desemprego teve alta por 16 meses consecutivos, somando mais de 11 milhões de brasileiros desempregados. O crédito secou, os juros subiram, a população perdeu poder de compra e a arrecadação despencou, criando uma grave crise fiscal (POLATO, ALVES E SAMPAIO, 2016, online).

O segundo mandato de Dilma, que teve início em 2015, foi marcado por protestos e pelo *impeachment*, além da recessão econômica. Em relação à avaliação do governo, este chegou a ser reprovado por 71% da população em agosto de 2015. No dia 13 de março do ano seguinte, mais de 3 milhões de pessoas foram às ruas pedir o afastamento da então presidente. Com o rompimento de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara, com Dilma, aquele aceitou um dos pedidos de *impeachment* desta por crime de responsabilidade fiscal. A denúncia foi oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal. Depois da aprovação do processo pela Câmara, o Senado também o aprovou em maio de 2016. Dilma foi afastada temporariamente até final de agosto do mesmo ano, quando perdeu, de fato, seu cargo.

Figura 5 – Protesto a favor do *impeachment* de Dilma



Fonte: O Globo (2016, online)⁶

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contradilma-reunem-36-milhoes-em-todos-os-estados-18865889>. Acesso em: 19/10/2020.

Quem assumiu o comando da nação foi o vice-presidente da época, Michel Temer, do MDB. Em menos de três anos como presidente, Temer conseguiu superar Dilma no quesito impopularidade: 74% da população considerou seu governo ruim ou péssimo. Sua gestão ficou conhecida não só como a mais impopular desde o término da ditadura militar como também por ser corrupta e por ter conseguido aprovar reformas. Embora o desemprego e a inflação tenham diminuído, a pobreza extrema aumentou nessa época. Em 2016, Temer conseguiu aprovar o projeto que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras ser sempre a operadora dos campos de exploração de petróleo no pré-sal e ter que participar com, no mínimo, 30%, e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do teto dos gastos públicos.

No ano seguinte, foram aprovados a reforma do Ensino Médio, que torna apenas as disciplinas de português, matemática e inglês como obrigatórias durante a última fase da educação básica, o projeto que autoriza a terceirização de todos os funcionários das empresas, e a reforma trabalhista. Com isso, agora “o negociado entre empresas e sindicatos podem se sobrepor às leis, as férias podem ser divididas ao longo do ano, a contratação de funcionários pode acontecer por uma nova forma [...]” (RAMALHOSO, 2018, online). Já em 2018, o governo deixou o general Walter Braga Netto comandando a Segurança Pública do Rio de Janeiro, mas não houve redução da violência no estado. Além disso, aconteceu a greve dos caminhoneiros, em protesto contra o aumento de preços dos combustíveis. Foi nesse ano também que o ex-presidente Lula, do PT, foi preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso envolvendo um triplex em Guarujá, em São Paulo.

Em 2018, Jair Bolsonaro, o então candidato do PSL, foi eleito presidente do Brasil, com pouco mais de 55% dos votos no segundo turno. No primeiro ano de governo, o atual presidente conseguiu aprovar a reforma da previdência, a medida provisória que reduz a quantidade de ministérios e parte do projeto anticrime. Quanto a este projeto, 11 pontos foram retirados da proposta inicial do então Ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, incluindo a questão da prisão em segunda instância. Ainda durante o primeiro ano de mandato, houve uma boa redução da taxa básica de juros, liberação de saques de contas ativas e inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pequena redução do desemprego e fim da multa de 10% sobre o FGTS nos casos de demissão sem justa causa. No quesito corrupção, um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro, atualmente do Republicanos, é

investigado pelo Ministério Público por esquema de “rachadinha”. Além disso, o próprio presidente também é investigado após Moro acusá-lo de tentativa de intervenção na Polícia Federal.

3.2 Operação Lava Jato

As investigações da Operação Lava Jato têm origem nas revelações que o empresário Hermes Magnus fez ao então juiz Sergio Moro em 2008. O então dono da Dunel Indústria e Comércio Ltda. informou a Moro que ocorriam esquemas de lavagem de dinheiro no Posto da Torre, em Brasília. Magnus envolveu-se com o esquema criminoso comandado pelo doleiro Alberto Yousseff e pelo então deputado federal José Janene, do Partido Progressista, quando procurava investidores para sua fabriqueta, localizada em Santa Catarina. Conforme o empresário (2015, apud STRUCK e ESTARQUE, 2015), este foi apresentado a uma pessoa que intermediava negócios por indicação de uma amiga de sua sócia.

Mandamos um plano e, em 24 horas, uma empresa de São Paulo me chamou. Eram testas-de-ferro do ex-deputado José Janene. Me jogaram numa suíte presidencial, tentaram me impressionar. Depois, conheci o Janene numa reunião. Ele me elogiou, disse que estava doente e que queria deixar negócios para os filhos. Ele disse que arranjaría o dinheiro. Eu era ignorante em política, não sabia que ele já estava envolvido no Mensalão. Eles já tinham pronto um memorando de entendimento, em que constava a possibilidade de investimentos superiores a um milhão na empresa. Sem eu saber, estava aberta a lavanderia (MAGNUS, 2015, online, apud STRUCK e ESTARQUE, 2015, online).

A partir do acordo, a Dunel Indústria e Comércio Ltda. passou a funcionar na cidade de Londrina, no Paraná. No início do funcionamento da empresa na cidade paranaense, um fornecedor avisou a Magnus que “o dinheiro do pagamento não saiu do caixa da Dunel ou da firma da CSA Project Finance, a firma do José Janene, mas de outro lugar” (MAGNUS, 2015, online apud STRUCK e ESTARQUE, 2015, online). Foi descoberto que parte desse pagamento saiu de contas controladas por Carlos Habib Chater, então dono do Posto da Torre, localizado em Brasília. Em seguida, o empresário conversou com um conhecido, que lhe disse que isso indicava lavagem de dinheiro. Então começou a denunciar o esquema para a Polícia Federal. Porém, como não obteve o retorno esperado, contatou Moro por e-mail. O ex-juiz respondeu-lhe que passaria as informações aos órgãos competentes. Somente em 2014 que

Yousseff e outros criminosos começaram a ser presos, durante a primeira operação, denominada Lava Jato.

No início de 2014, eu estava assistindo televisão e vi que o Yousseff e outros tinham sido presos. Fazia tanto tempo... Eu disse: conheço essa gente. Escrevi para o juiz Sérgio Moro, que me respondeu "as informações que o senhor prestou foram de suma relevância para o caso". No início eu fiquei feliz. Voltei a colaborar com a força-tarefa, mas aí voltei a sofrer ameaças. Recebi mensagens que me advertiram a não subir em palanque com a oposição, a não falar com políticos que denunciavam a corrupção na Lava-Jato. À época, eu estava tocando minha fábrica no Rio Grande do Sul. Eu fui perdendo o foco e resolvi acabar com tudo. Comecei a me concentrar em desempenhar a mesma atividade em Portugal (MAGNUS, 2015, online, apud STRUCK e ESTARQUE, 2015, online).

Quanto às principais operações, a primeira, ocorrida em 17 de março de 2014, foi chamada de Lava Jato em referência ao posto de combustível de Chater, mesmo que não houvesse um lava-rápido no local. Nessa 1ª fase foram cumpridos 81 mandados de busca e apreensão, 19 de condução coercitiva, 18 de prisão preventiva e 10 de prisão temporária. Conforme Rodrigues (2017, p. 33), "a prisão do doleiro Alberto Yousseff, durante esta operação, foi chave para a queda de um grande castelo de cartas". Uma nova operação aconteceu três dias depois. Dessa vez foi realizada uma ordem de prisão temporária do ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Somente na 4ª fase que houve a prisão preventiva de Costa. Na 7ª e última fase de 2014, presidentes de grandes empreiteiras do país foram detidos, como Léo Pinheiro, da OAS, Ricardo Pessoa, da UTC, e Ildefonso Colares Filho, da Queiroz Galvão, assim como o ex-diretor da Petrobras Renato Duque.

Em 2015, na 8ª operação, o ex-diretor internacional da Petrobras Nestor Cerveró foi preso de forma preventiva. Na 10ª fase, Duque voltou à prisão. De acordo com Rodrigues (2017), na 11ª, ex-deputados federais, como André Vargas, do PT, Pedro Corrêa, do SDD, e Luiz Argolo, do PP, foram detidos. Já João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, foi preso preventivamente na 12ª fase. Na 14ª houve 59 mandados judiciais. Os então presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, foram detidos nessa etapa. A 21ª e última fase de 2015 prendeu preventivamente o pecuarista José Carlos Bumlai. Pouco tempo depois, o então senador do PT Delcídio do Amaral também foi preso.

No ano seguinte, em 2016, na 24ª fase, foram cumpridos 44 mandados de busca e apreensão e 11 de condução coercitiva. Foi nessa etapa que a Polícia Federal

conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula ao aeroporto de Congonhas. Segundo Otoboni e Freire (2020, online), “diante de um delegado, [Lula] respondeu a questões sobre as fontes de renda de seu instituto e sua ligação com o tríplice no Guarujá”. Na 34ª foram realizadas 50 ordens judiciais. Entre os presos estava o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Quatro dias depois, a operação seguinte prendeu o ex-ministro da Fazenda e da Chefia da Casa Civil Antônio Palocci. A 37ª e última fase de 2016 foi marcada pela prisão preventiva de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro.

Na 38ª fase, ocorrida em 2017, Jorge Luz e Bruno Luz, dois operadores financeiros, foram presos. A operação seguinte prendeu o ex-gerente executivo de Engenharia da Petrobras Roberto Gonçalves. O ex-gerente da Petrobras Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos e o ex-banqueiro José Augusto Ferreira dos Santos foram presos na 41ª fase. Já o ex-presidente da Petrobras Aldemir Bendine foi detido na operação seguinte. As fases 43 e 44 aconteceram de forma simultânea. Entre os presos estava Cândido Vaccarezza, ex-líder do PT na Câmara. Na 47ª e última fase de 2017, o alvo principal foi o ex-gerente da Transpetro José Antônio de Jesus. Nessa etapa, ele foi detido temporariamente.

Em 2018, na 48ª fase, Nelson Leal, ex-diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem no Estado, foi preso. Na 49ª, o alvo foi o ex-ministro da Fazenda e ex-deputado federal Antônio Delfim Netto. A PF prendeu preventivamente, na 52ª fase, Djalma Rodrigues de Souza, ex-diretor de Novos Negócios de Petropesquisa. Na operação seguinte, o ex-governador do Paraná Beto Richa, do PSDB, e sua esposa, Fernanda, foram detidos. Já o seu irmão Pepe Richa, secretário de Infraestrutura e Logística de seu governo, foi preso na 55ª fase. A 56ª, penúltima de 2018, foi a primeira autorizada por Gabriela Hardt, juíza que substituiu Moro. Nessa operação, Marice Correa, cunhada de Vaccari Neto, chegou a ser presa por alguns dias.

A primeira operação de 2019 prendeu novamente Beto Richa, que foi solto uma semana depois. Na 59ª fase, Wilson Quintella Filho, ex-presidente e acionista do Grupo Estre, foi preso temporariamente. A etapa seguinte ficou marcada pela prisão de Paulo Vieira de Souza, mais conhecido como Paulo Preto, ex-diretor da estatal paulista Desenvolvimento Rodoviário (Dersa). Na 62ª, Walter Faria, presidente do Grupo Petrópolis, foi detido de forma preventiva. Márcio Lobão, filho do ex-ministro Edison Lobão, foi preso na 65ª fase. Na 66ª, três gerentes e um ex-gerente do Banco

do Brasil estavam entre os investigados. A 68ª apurou crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, baseando-se em informações cedidas por Palocci. Na penúltima fase de 2019, os alvos foram, principalmente, Fábio Luis Lula da Silva, filho de Lula, o próprio Lula e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Já em 2020 ocorreram três fases até agosto. Na 72ª, os empresários e irmãos Germán Efromovich e José Efromovich foram presos. Destaca-se que a colaboração premiada foi e continua sendo fundamental para as fases da Operação Lava Jato.

3.3 Sergio Moro

As principais instituições que participam das investigações da Operação Lava Jato são a Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário. No entanto, o ex-juiz Sergio Moro foi a figura principal por conta das publicações feitas pela imprensa que o colocavam como o grande responsável pelas prisões dos maiores criminosos do país. Nascido em 1º de agosto de 1972, Moro faz aniversário no mesmo dia que seu pai. Filho da professora de português Odete Starke Moro e do professor de geografia Dalton Áureo Moro, Sergio Moro estudou por 13 anos no Colégio Santa Cruz, um dos mais conceituados de Maringá. Porém, em 1989, foi para o Colégio Gastão Vidigal, também em Maringá, onde sua mãe foi professora e seu pai, vice-diretor. Nessa escola que o ex-juiz terminou o chamado 2º Grau.

Enquanto Dalton trabalhava no departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Sergio Moro foi estudante de Direito da instituição. Graduado em 1994 pela UEM, Moro decidiu fazer o mestrado e o doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). “Sergio pertenceu a uma turma de 40 alunos de Direito da qual saíram pelo menos seis juízes, além de um promotor de Justiça e de um delegado da Polícia Federal, entre outros tantos advogados” (COSTA, 2016, online). Enquanto era estudante da UEM, Moro fez estágio no escritório do advogado tributarista Irivaldo Joaquim de Souza. Depois de formado, continuou trabalhando com Irivaldo até passar em um concurso para juiz federal em 1996. Conforme Rodrigues (2017), nesse mesmo ano tornou-se professor de Direito da faculdade União Educacional de Cascavel (Univel). Em 1998, além de ter participado de um curso de instrução de advogados em Harvard, foi promovido a juiz titular em Cascavel, cidade em que inaugurou a Vara Federal.

Em 2000, Moro foi transferido para Joinville, em Santa Catarina. Nessa cidade, tomou decisões importantes, como a derrubada de habitações erguidas para lazer de turistas na Ilha dos Remédios, o cancelamento do pagamento de uma taxa anual para quem ocupa faixa de terra junto ao leito do Rio Cachoeira desde 1947 e a criação de “um sistema de atendimento especial para aposentados na Justiça Federal facilitando o acesso, sem necessidade de advogado, para revisão de benefícios” (COSTA, 2016, online). De acordo com Costa (2016), Moro assumiu a 2ª Vara Federal em Curitiba, alterada posteriormente para 13ª Vara Federal, em 2002. “Dessa forma, ele seria responsável por todos os casos relacionados à corrupção no estado do Paraná” (RODRIGUES, 2017, p. 47).

Em pouco tempo chegaram os documentos do caso Banestado, um megasquema que escoou cerca de R\$ 30 bilhões (vindos de rendimentos de caixa dois de empresas, políticos e do crime organizado) para uma conta do banco Banestado, nos Estados Unidos. Foram os primeiros passos de Moro coordenando uma grande investigação sobre desvio de dinheiro. O juiz esteve à frente da Operação Zapata, que resultou na prisão do traficante de drogas Lúcio Rueda Bustos, do Cartel de Juárez, um dos maiores do mundo (RODRIGUES, 2017, p. 47).

Antes mesmo da Operação Zapata, Moro começou a dar aulas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde fez seu mestrado e doutorado. Em 2012, começou a trabalhar como juiz instrutor do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele foi convidado por Rosa Weber, ministra do STF, para auxiliá-la nos votos do Mensalão. Moro chegou a pedir para lecionar apenas nas sextas-feiras, mas seu pedido não foi aceito. “Ele entrou com uma ação judicial. Acostumado a julgar e decidir, dessa vez Moro era parte no processo e teve seus interesses frustrados. Perdeu a causa” (COSTA, 2016, online). Segundo Rodrigues (2017, p. 48), “ao retornar à 13ª Vara Federal de Curitiba, Moro começou a dar os primeiros passos na Lava-Jato”.

Oito meses depois da primeira operação da Lava Jato, mais especificamente um dia após o começo da 7ª fase, parte da população brasileira começou a saudar Moro nas manifestações de rua. “Os manifestantes carregavam cartazes com os dizeres ‘Sérgio Moro no STF’ ou ‘Taca-lhe pau, Moro’ e faixas pedindo a ‘Punição do Petrolão’” (NETTO apud RODRIGUES, 2017, p. 49). A fama do então juiz se expandiu, tanto é que foi eleito o 13º líder mais influente do mundo pela revista Fortune em 2016. No mesmo ano, esteve na seleta lista da revista Time, que elege as cem pessoas mais influentes do planeta. No final de 2018, Moro aceitou o convite do presidente

eleito, Jair Bolsonaro, para ser ministro da Justiça e Segurança Pública. Na metade do ano seguinte, o veículo The Intercept Brasil revelou que Moro foi parcial enquanto atuava como juiz. No entanto, não foi afastado do cargo, nem perdeu o apoio de Bolsonaro. Já em abril de 2020, pediu demissão após o presidente demitir o então diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo.

Neste 3º capítulo, foram abordados temas relacionados à política brasileira, como os últimos governos depois da ditadura militar, a origem e as fases da Operação Lava Jato e a vida do ex-juiz Sergio Moro desde a época em que era estudante do Colégio Santa Cruz, localizado em Maringá. O próximo capítulo conterà a metodologia utilizada para a presente monografia, o resumo das primeiras três reportagens da série “Vaza Jato” e a análise interpretativa dessas três partes.

4 ANÁLISE

4.1 Metodologia

Para a realização desta monografia, recorreu-se às pesquisas bibliográfica e documental e à análise de conteúdo. Esta auxilia na interpretação do objeto de estudo selecionado. Conforme Bardin (1977, p. 38), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos (sic) de descrição do conteúdo das mensagens”.

Escobar (2007, p. 38) diz que “essa metodologia [de Bardin] propõe três etapas de trabalho: a descrição do conteúdo a ser analisado, a inferência ou dedução lógica deste e, posteriormente, a interpretação, ou seja, o significado do conteúdo observado”. Para que o leitor possa compreender de forma precisa a pesquisa, foram criadas categorias de análise, as quais são defendidas por Bardin (1977).

A técnica [de categorização] consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis (sic) de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar (BARDIN, 1977, p. 37).

Para o trabalho, utilizou-se o recorte das primeiras três reportagens da série “Vaza Jato”, que é o objeto de análise. As três reportagens – “Exclusivo: procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”, “Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex” e “Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato” – foram escolhidas porque tiveram maior impacto, além de terem sido publicadas no mesmo dia.

As reportagens são observadas por meio de três categorias: “Presença do Jornalismo Investigativo”, “Obediência à Ética Jornalística” e “Presença da Objetividade”. Essa categorização possibilita uma visão mais ampla da concepção de jornalismo para o The Intercept Brasil.

A primeira categoria, “Presença do Jornalismo Investigativo”, busca descobrir se há características do jornalismo investigativo presentes nas reportagens analisadas. Para Hunter e Hanson (2013, p. 8), “ainda que os repórteres possam fazer

tanto a cobertura diária quanto o trabalho investigativo ao longo de suas carreiras, os dois papéis envolvem às vezes habilidades, hábitos de trabalho, processos e metas profundamente diferentes”.

A segunda, denominada “Obediência à Ética Jornalística”, procura verificar se a ética jornalística foi respeitada. A realização deste segundo ponto de análise foi possível a partir da leitura do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Já a terceira e última categoria analisada, “Presença da Objetividade”, revela se há objetividade nas reportagens da série do The Intercept Brasil. Este ponto foi escolhido porque objetividade é uma das categorias jornalísticas mais mencionadas e debatidas pelos jornalistas. Em uma pesquisa feita por Hohlfeldt (2001), por exemplo, foi observado que a categoria objetividade foi a mais citada entre 21 livros de jornalismo e entrevistas com jornalistas renomados.

4.2 Resumo das três primeiras reportagens da “Vaza jato”

A série “Vaza Jato” conta com mais de 28 partes, sendo que a primeira é o editorial, em que é explicado por que o The Intercept Brasil está publicando *chats* privados de membros da Operação Lava Jato. As três reportagens analisadas pelo autor estão contidas nas partes 2, 3 e 4 da série. A primeira reportagem, “Exclusivo: procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’”, realizada por Glenn Greenwald e Víctor Pougy, contém uma imagem de um tweet feito pelo procurador da República Deltan Dallagnol e duas fotos do ex-presidente Lula. Quanto ao texto, há 24 parágrafos sem um número de linhas padrão e não há serifa nas letras do título, da frase em destaque acima deste e da explicação logo abaixo. Porém, as letras do texto da reportagem recebem serifa.

Em relação ao conteúdo da parte 2 da “Vaza Jato”, é revelado que integrantes da força-tarefa discutiram formas de impedir ou enfraquecer uma entrevista com Lula na época da eleição presidencial de 2018, ano em que o político estava preso. Depois de Ricardo Lewandowski, ministro do STF, autorizar a colunista da Folha de S. Paulo Mônica Bergamo a entrevistar o ex-presidente, um dos procuradores propôs uma coletiva de imprensa de Lula em vez de exclusiva, para que a entrevista não fosse “direcionada”. De acordo com Greenwald e Pougy (2019, online), “outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse

para que a entrevista fosse feita depois das eleições”. No mesmo dia, à noite, o Partido Novo recorreu da decisão, e o ministro do STF Luiz Fux atendeu ao pedido. Sabendo da notícia, os procuradores comemoraram a liminar de Fux.

Já a segunda reportagem, chamada “Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex”, escrita por Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Glenn Greenwald, possui cinco fotos do procurador Dallagnol e três do prédio no Guarujá. Sobre o texto dessa segunda reportagem, a única diferença que há em relação ao da primeira é o número de parágrafos: 37. Quanto ao conteúdo da parte 3 da série, é mostrado que Dallagnol não tinha certeza se o suposto apartamento triplex de Lula no Guarujá tinha ligação com a corrupção na Petrobras. “[...] até agora tenho receio da ligação entre petrobras (sic) e o enriquecimento, e depois que me falaram to (sic) com receio da história do apto (sic) [...]” (DALLAGNOL, 2016, online, apud MARTINS, DEMORI E GREENWALD, 2019, online).

A terceira reportagem, “Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato”, de Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald, contém duas fotos de Dallagnol, quatro de Moro e um vídeo deste. A diferença de texto em relação às outras duas reportagens de dá apenas pelo número de parágrafos: 52. Nessa parte 4, o veículo revela que o então juiz Moro não atuou de forma imparcial. “‘Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou entao (sic) repassando. A fonte é seria’, sugeriu [Moro], indicando um caminho para a investigação” (MARTINS, SANTI, GREENWALD, 2019, online).

4.3 Presença do jornalismo investigativo

Para analisar a presença do jornalismo investigativo nas primeiras três reportagens da série “Vaza Jato”, do The Intercept Brasil, serão apresentados trechos dos próprios textos e de reportagens externas que comprovem a presença das características dessa forma de jornalismo elencadas por Hunter e Hanson na página 11 do livro *A Investigação a partir de Histórias: Um Manual para Jornalistas Investigativos*, publicado em 2013. Tais características já foram mencionadas no subcapítulo 2.3 desta monografia. Como o objeto de estudo são apenas as três

primeiras reportagens, a décima terceira característica – conclusão da história – não será verificada.

É possível afirmar que a primeira característica – informações só podem ser publicadas após a sua coerência e completude estarem garantidas – não faz parte das primeiras três reportagens, porque o The Intercept Brasil fez uma atualização, acrescentando as respostas do Ministério Público e de Moro. “A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem” (MARTINS, SANTI e GREENWALD, 2019, online).

Figura 6 – Atualização das reportagens

Atualização

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas, dedicou especial atenção à “ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes” e disse que sua atuação “é revestida de legalidade, técnica e impessoalidade”. Em nenhuma das notas, os procuradores questionaram a veracidade dos diálogos publicados pelo Intercept.

Fonte: Martins, Santi e Greenwald (2019, online)

A segunda e quinta características – continuação da pesquisa até a confirmação da história e verificação das informações – são confirmadas por Greenwald e Demori (2019, online), que dizem que “o Intercept só publicou o material após uma apuração minuciosa [...]”. Essas duas características são fundamentais, pois o material divulgado pelo site causou um grande impacto na vida política do Brasil. Se houvesse qualquer erro nas reportagens, a agência de notícias poderia perder sua credibilidade.

Figura 7 – Continuação da pesquisa até a confirmação da história e verificação das informações

O Intercept só publicou o material após uma apuração minuciosa, que incluiu consultas com especialistas em tecnologia, com fontes que corroboram a autenticidade de conversas privadas que tiveram com os procuradores (das quais jamais saberíamos sequer da existência), com juristas e partes envolvidas nos processos que confirmaram a veracidade de vários documentos e atos processuais inéditos e confidenciais, além da comparação jornalística entre o conteúdo das discussões e eventos – públicos ou não – que os procuradores participaram. Após a

Fonte: Greenwald e Demori (2019, online)

A terceira característica – possibilidade de a história ser longa – é confirmada no próprio *site*, que publicou, em 13 de outubro deste ano, a 29ª parte da série, cujo título é “Áudios: Deltan Dallagnol interferiu para colocar juiz aliado no lugar de Sergio Moro na Lava Jato”. Até mesmo os textos de cada uma das reportagens são muito maiores que os de matérias do dia a dia. Como já foi visto no subcapítulo anterior, nenhuma das três partes em análise possui menos de 24 parágrafos.

Figura 8 – Parte 29 da “Vaza Jato”



Fonte: *site* do The Intercept Brasil⁷

⁷ Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 14/10/2020.

O The Intercept tem documentação capaz de confirmar as informações da fonte, ou seja, cumpre também a quarta característica de jornalismo investigativo. Ressalta-se que a própria fonte entregou os arquivos necessários à agência de notícias. Segundo Oliveira (2019), o jornal El País verificou se as mensagens obtidas pelo outro veículo são verdadeiras e confirmou sua veracidade.

Figura 9 – Veracidade das mensagens obtidas pelo The Intercept Brasil

O EL PAÍS testou este impasse. Com o auxílio de uma fonte externa ao *The Intercept*, que prefere preservar sua identidade, tivemos acesso a parte de um arquivo de mensagens de um dos chats mencionados nas reportagens e comparamos seu conteúdo com o material disponibilizado pelo site. O conteúdo é idêntico.

Fonte: Oliveira (2019, online)

O fato de a fonte entregar ao The Intercept Brasil mensagens privadas de integrantes da Lava Jato que contrariam o que era dito pelos procuradores e por Moro antes de serem hackeados comprova a presença de mais uma característica do jornalismo investigativo: ocultação de informações oficiais. Conforme Martins, Santi e Greenwald (2019, online), “Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações [...]”.

Figura 10 – Ocultação de informações oficiais

julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas, até agora inéditas, Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal.

Fonte: Martins, Santi e Greenwald (2019, online)

A sétima característica – possibilidade de negar a versão oficial com base em informações da fonte – também está presente nas reportagens. “O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo [feita por Sergio Moro] e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado” (MARTINS, SANTI e GREENWALD, 2019, online).

Figura 11 – Negação da versão oficial

Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que “não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias”. O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado.

Fonte: Martins, Santi e Greenwald (2019, online)

No entanto, a oitava característica – repórteres terem mais informações que a fonte – não faz parte das reportagens, na medida em que a fonte entregou aos jornalistas os arquivos de que precisavam para fazer as publicações. “O único papel do Intercept foi receber o material da fonte” (GREENWALD e POUGY, 2019, online). É compreensível que o The Intercept Brasil não tivesse mais informações que a fonte, já que recebeu todo o material. Não era necessário buscar mais documentos, e sim apenas verificar a veracidade do conteúdo, que foi o que a agência fez.

Figura 12 – Repórteres não têm mais informações que as fontes

de conteúdo”). O único papel do Intercept foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia obtido todas as informações e estava ansiosa para repassá-las a jornalistas. A declaração conjunta dos editores do The Intercept e do Intercept Brasil ([clique para ler o texto completo](#)) explica os critérios editoriais usados para publicar esses materiais, incluindo nosso método para trabalhar com a fonte anônima.

Fonte: Greenwald e Pougy (2019, online)

Através dos escritos de Greenwald e Pougy (2019), porém, é possível afirmar que a nona característica – uso de fonte anônima – está presente nas reportagens. “As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas” (GREENWALD e POUGY, 2019, online). Embora o *site* inglês do Intercept já tenha cometido o erro de identificar, sem querer, uma fonte anônima, como já relatado no subcapítulo 2.6, dessa vez o veículo protegeu sua fonte.

Figura 13 – Uso de fonte anônima

evitar o retorno do PT ao poder. As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”). O único papel do Intercept foi

Fonte: Greenwald e Pougy (2019, online)

O veículo expõe uma determinada situação para ser denunciada. Portanto, a décima característica também aparece no material em análise. Para Martins, Santi e Greenwald (2019, online), a atuação coordenada entre o então juiz Moro e o procurador Dallagnol “fere o princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura”. Se a justiça considerar que Moro descumpriu um dos incisos do artigo 254 do Código de Processo Penal, que aborda a questão da suspeição do juiz, por exemplo, processos julgados por ele podem ser anulados com base no artigo 564 do mesmo código.

Figura 14 – Exposição de determinada situação para ser denunciada

A atuação coordenada entre o juiz e o Ministério Público por fora de audiências e autos (ou seja, das reuniões e documentos oficiais que compõem um processo) fere o princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura, além de desmentir a narrativa dos atores da Lava Jato de que a operação tratou acusadores e acusados com igualdade. Moro e Dallagnol sempre foram acusados de operarem juntos na Lava Jato, mas não havia provas explícitas dessa atuação conjunta – até agora.

Fonte: Martins, Santi e Greenwald (2019, online)

É possível inferir também que há engajamento pessoal dos repórteres, além de ser oferecido um juízo de valor por eles sobre a história. Logo, a décima primeira e décima segunda características do jornalismo investigativo também são verificadas e confirmadas. “[...] as conversas entre Moro e Dallagnol demonstram que o atual ministro se intrometeu no trabalho do Ministério Público – o que é proibido – e foi bem recebido [...]” (MARTINS, SANTI e GREENWALD, 2019, online). Percebe-se que o engajamento dos jornalistas e o juízo de valor dado por eles não transformou o texto das reportagens em sensacionalista, porque basearam-se em fatos.

Figura 15 – Juízo de valor e engajamento pessoal dos repórteres

A Constituição brasileira estabeleceu o sistema acusatório no processo penal, no qual as figuras do acusador e do julgador não podem se misturar. Nesse modelo, cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa, sem interesse em qual será o resultado do processo. Mas as conversas entre Moro e Dallagnol demonstram que o atual ministro se intrometeu no trabalho do Ministério Público – o que é proibido – e foi bem recebido, atuando informalmente como um auxiliar da acusação.

Fonte: Martins, Santi e Greenwald (2019, online)

A décima quarta e última característica – não cometer erros – pode ser comprovada pelo simples fato de nenhum jornal ou fonte oficial comprovar que houve erro nas primeiras três reportagens e por meio da figura 9. Como erros só foram cometidos em outras partes da série, será considerado que o The Intercept Brasil não os cometeu. Portanto, o veículo cumpriu 11 das 13 características de jornalismo investigativo analisadas.

4.4 Obediência à ética jornalística

Para descobrir se a ética jornalística foi cumprida pelo The Intercept Brasil nas primeiras três reportagens da “Vaza Jato” será analisado o cumprimento de artigos e incisos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, da FENAJ, por parte do veículo. Como já foi dito no subcapítulo 2.4, escolheu-se esse código por conter um número maior de preceitos e por dirigir-se aos próprios jornalistas. No quadro abaixo foram elencados os preceitos que geraram certa dúvida aos leitores e aos próprios jornalistas brasileiros.

Quadro 4 – Preceitos que auxiliam na análise

Artigos	Incisos	Preceitos
4º		O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação.
6º	II	É dever do jornalista: divulgar os fatos e as informações de interesse público;
6º	VIII	É dever do jornalista: respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;
7º	III	O jornalista não pode: impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias (sic);
9º		A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística.
11º	III	O jornalista não pode divulgar informações: obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração;

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007, online)⁸

A agência de notícias cumpriu o artigo 4º, pois jornalistas de outros veículos realizaram reportagens afirmando que o conteúdo publicado era verdadeiro. Na linha de apoio de uma reportagem do El País, Oliveira (2019, online) escreve que “o EL PAÍS teve acesso a um trecho dos arquivos da #VazaJato e confirmou, com a ajuda de fontes externas ao *site* de notícia que sacode o Brasil, que as mensagens trocadas eram verdadeiras”.

⁸ Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 20/10/2020.

Figura 16 – Veracidade do conteúdo publicado pelo The Intercept Brasil

Afinal, é possível testar a veracidade das mensagens divulgadas pelo ‘The Intercept’?

O EL PAÍS teve acesso a um trecho dos arquivos da #VazaJato e confirmou, com a ajuda de fontes externas ao site de notícia que sacode o Brasil, que as mensagens trocadas eram verdadeiras

Fonte: Oliveira (2019, online)

O artigo 6º, inciso II, também foi respeitado pelo The Intercept Brasil. Greenwald, Reed e Demori (2019, online) afirmam que os princípios que os guiaram durante a investigação foram os de “informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões”. É evidente que as informações divulgadas são de interesse público, porque comprovam que Moro não agiu de forma imparcial enquanto era juiz.

Figura 17 – Publicação de informações de interesse público

Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso.

Fonte: Greenwald, Reed e Demori (2019, online)

O *site* obedeceu também ao inciso VIII do mesmo artigo, o que é muito importante para o jornalismo investigativo, já que o objetivo deste é divulgar informações de interesse público, e não de interesse do público. “[...] as [informações] que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas” (GREENWALD, REED e DEMORI, 2019, online).

Figura 18 – Respeito ao direito da privacidade dos cidadãos

Ao fazer esses julgamentos, empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas.

Fonte: Greenwald, Reed e Demori (2019, online)

Quanto ao inciso III do artigo 7º, pode-se afirmar que o The Intercept Brasil não impediu a manifestação de opiniões contrárias, embora o veículo só tenha entrado em contato com Moro e o Ministério Público Federal depois da publicação das primeiras três reportagens da série. “[...] o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si” (GREENWALD, REED e DEMORI, 2019, online).

Figura 19 – Não impedimento de opiniões divergentes

Ao contrário do que tem como regra, o Intercept não solicitou comentários de procuradores e outros envolvidos nas reportagens para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si. Entramos em contato com as partes mencionadas imediatamente após publicarmos as matérias, que atualizaremos com os comentários assim que forem recebidos.

Fonte: Greenwald, Reed e Demori (2019, online)

Não obstante, o artigo 9º não foi cumprido. A figura 14 comprova isso, pois Martins, Santi e Greenwald (2019) dizem que as conversas entre Moro e Dallagnol ferem o princípio da imparcialidade do juiz, que está previsto na Constituição Federal e no Código de Ética da Magistratura. Já o inciso III do artigo 11 é respeitado pelo veículo, pois apenas recebeu o material da fonte, não se envolvendo em atividades ilegais. “Se as informações forem verdadeiras, o Intercept Brasil apenas realizou matéria jornalística sobre o fato e não está obrigado a informar a fonte [...]” (FILHO, 2019, online, apud YUGE, 2019, online).

Figura 20 – The Intercept Brasil apenas realizou a reportagem sobre o fato

O *Intercept Brasil* agiu dentro da lei?

"A princípio, sim. Se as informações forem verdadeiras, o *Intercept Brasil* apenas realizou matéria jornalística sobre o fato e não está obrigado a informar a fonte porque todas são protegidas segundo o inciso XIV do art. 5º da Constituição Federal".

Fonte: Filho (2019, online, apud Yuge, 2019, online)

O The Intercept Brasil cumpriu cinco dos seis preceitos selecionados. Ou seja, respeitou a ética jornalística, mesmo que não tenha cumprido um dos itens. O fato de ter descumprido o artigo 9º não significa que houve um erro grave, pois o veículo prova que Moro não atuou de maneira imparcial enquanto era juiz da Lava Jato.

4.5 Presença da Objetividade

Para saber se há objetividade nas primeiras três reportagens da série será verificada a presença das cinco principais noções dessa categoria jornalística de acordo com o estudo de Sponholz, realizado em 2008. Assim como os subcapítulos 4.3 e 4.4, este também conterà imagens com trechos que comprovem que as noções de objetividade selecionadas estiveram presentes.

A principal noção – neutralidade –, cujo significado é antônimo de subjetividade, não faz parte das reportagens. A figura 10 comprova isso. “[...] [Moro] deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal” (MARTINS, SANTI e GREENWALD, 2019, online). Uma frase da segunda reportagem da série também revela que não houve neutralidade. “Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder” (GREENWALD e POUGY, 2019, online).

Figura 21 – Falta de neutralidade

Os diálogos demonstram que os procuradores não são atores apartidários e apolíticos, mas, sim, parecem motivados por convicções ideológicas e preocupados em evitar o retorno do PT ao poder. As conversas

Fonte: Greenwald e Pougy (2019, online)

Os textos são acessíveis e coerentes. Portanto, a segunda noção – texto compreensível – está presente nas reportagens. No primeiro parágrafo da parte 3, por exemplo, Martins, Demori e Greenwald (2019) não utilizam palavras complexas para que o leitor compreenda a informação. A confirmação da presença dessa ideia é relevante pelo fato de que, na pesquisa de Sponholz (2008), a maioria dos jornalistas entrevistados pela autora aprovam-na.

Figura 22 – Texto compreensível

Faltavam apenas quatro dias para que a denúncia que levaria o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão fosse apresentada, mas o coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba tinha dúvidas sobre a solidez da história que contaria ao juiz Sergio Moro. A

Fonte: Martins, Demori e Greenwald (2019, online)

A terceira noção – pluralismo – também aparece nas reportagens da “Vaza Jato”, na medida em que o The Intercept Brasil fez uma atualização contendo respostas da força-tarefa da Lava Jato e de Sergio Moro. As figuras 6 e 11 mostram

a atualização. Essa “regra” de pluralismo, porém, não é aprovada pelos repórteres entrevistados por Sponholz (2008). A quarta noção – facticidade –, que significa foco em fatos, não faz parte das reportagens. As figuras 14 e 21 comprovam isso, pois revelam que os jornalistas do veículo fizeram sua interpretação das mensagens envolvendo Moro e procuradores da República.

Já a quinta e última das principais noções de objetividade – relevância – está presente nas reportagens. Assim como a segunda ideia, essa também é aprovada pela maior parte dos jornalistas que Sponholz (2008) entrevistou. Greenwald e Demori (2019, online) afirmam que “o Estadão, por exemplo, publicou um editorial no dia 11 de junho exigindo a renúncia de Moro do Ministério da Justiça e o afastamento de Deltan”.

Figura 23 – Relevância das informações

Somente depois da repercussão atingir grandes proporções e ex-aliados ferrenhos da Lava Jato passarem a criticar duramente o comportamento revelado nas conversa que o ex-juiz e os procuradores mudaram de discurso. O Estadão, por exemplo, **publicou um editorial no dia 11** de junho exigindo a renúncia de Moro do Ministério da Justiça e o afastamento de Deltan; e a Veja **dedicou a capa da edição do dia 19 de junho** ao desmanche da imagem de Moro. A partir daí,

Fonte: Greenwald e Demori (2019, online)

O The Intercept Brasil cumpriu três das cinco principais noções da categoria objetividade. Portanto, foi, em parte, objetivo. Entretanto, como as duas ideias que não foram cumpridas pelo veículo são reprovadas pelos repórteres entrevistados por Sponholz (2008), é possível dizer que o veículo não cometeu erro ao não ser totalmente objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da apresentação dos resultados, é preciso retomar pontos abordados ao longo desta monografia, como jornalismo político e jornalismo investigativo. Sabe-se que o jornalismo no Brasil nasceu político e opinativo. Com a chegada da família real portuguesa, em 1808, surgiram os primeiros jornais impressos brasileiros. Na época, o Correio Brasiliense, editado por Hipólito José da Costa em Londres, fazia oposição à Gazeta do Rio de Janeiro, que contava com o apoio oficial. Muitas mudanças ocorreram desde aquele período, como a ampliação de assuntos a serem divulgados. Somente em 2002 que a imprensa do país começou a ser mais neutra em relação às notícias envolvendo a política.

Quanto ao jornalismo investigativo, não se pode afirmar a data de quando as reportagens investigativas surgiram, mas há, pelo menos, uma realizada pelo Correio da Manhã, em novembro de 1923, que possui características dessa área do jornalismo (NASCIMENTO, 2007). No texto, o ex-presidente da República Epitácio Pessoa foi acusado de corrupção. De acordo com Hunter e Hanson (2013), o jornalismo investigativo publica informações que estão ocultas. É justamente por isso que o jornalismo investigativo é importante e necessário para a sociedade, a qual merece saber a verdade sobre as pessoas que estão no poder.

Para a realização deste estudo, o autor optou por reportagens da série “Vaza Jato”, do The Intercept Brasil, principalmente porque expõe ilegalidades cometidas por Sergio Moro enquanto era juiz da maior iniciativa que visa o combate à corrupção no Brasil, a Operação Lava Jato. Tem-se claro que não é possível afirmar que o veículo, ao longo de mais de quatro anos de existência, sempre cumpriu a maioria das características de jornalismo investigativo e das noções de objetividade e nunca desrespeitou de maneira grave o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Para isso seriam necessários anos de intensa dedicação. Portanto, foi feito um recorte significativo que buscou descobrir a concepção de jornalismo posta em prática pelo veículo.

Ao longo da pesquisa foram encontradas algumas dificuldades, como a aplicação da metodologia proposta por Bardin (1977) em certos momentos de análise. Como foram observadas as três primeiras reportagens da série, uma das características de jornalismo investigativo conforme Hunter (2013), a conclusão da

história, não pode ser observada. Pelo mesmo motivo, não se pode fazer conclusões acerca do assunto. Porém, é essencial fazer considerações.

O jornalismo investigativo está presente nas reportagens. Das 13 características, 11 foram cumpridas.

- Continuação da pesquisa até a confirmação da história, texto longo, documentação capaz de apoiar as informações das fontes fazem parte do objeto de estudo.
- Sobre as relações de fontes, o *site* verificou todas as informações, as informações oficiais não foram reveladas aos repórteres, estes negaram a versão oficial da história, baseando-se em informações de fontes independentes, e estas não foram identificadas.
- Quanto aos resultados, a história expôs uma situação para ser denunciada, houve engajamento dos jornalistas, estes ofereceram um juízo de valor sobre a história e erros não foram cometidos. Mas a agência não publicou as informações depois de sua coerência e completude estarem garantidas e os repórteres não tinham mais informações que as fontes.

Dos preceitos que geraram dúvida, apenas um não foi respeitado: o artigo 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que aborda a importância da presunção da inocência por parte do jornalista. Entretanto, o veículo prova que Sergio Moro não agiu de forma imparcial quando atuava como juiz. Preceitos relacionados à veracidade dos fatos, publicação de informações de interesse público, divulgação de informações obtidas de maneira adequada, ao respeito à privacidade do cidadão e ao não impedimento de opiniões divergentes foram obedecidos, o que é fundamental para a credibilidade da imprensa.

Quanto à objetividade, pode-se dizer que o *site* foi, em parte, objetivo. Das cinco principais noções da categoria, três foram cumpridas: texto compreensível, pluralismo e relevância das informações. Dessas três, apenas a ideia de pluralismo não é aprovada pela maioria dos jornalistas entrevistados para o estudo de Sponholz (2008). Neutralidade e facticidade não fazem parte das reportagens. Essas duas “regras” são rejeitadas pelos repórteres entrevistados pela autora (2008). Logo, não é considerado errado que o veículo não tenha sido totalmente objetivo.

Acredita-se que foi possível realizar a proposta de analisar a concepção de jornalismo colocada em prática pelo The Intercept Brasil. A partir da observação das

categorias “Presença do Jornalismo Investigativo”, “Obediência à Ética Jornalística” e “Presença da Objetividade” nas primeiras três reportagens da série “Vaza Jato”, pode-se inferir que o veículo procura ser investigativo, ético e parcialmente objetivo. O estudo foi significativo não só para aqueles que duvidavam da capacidade da mídia independente quanto para os que se interessam pelo *site*. Além disso, a pesquisa poderá auxiliar quem deseja realizar um estudo sobre a agência de notícias.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-57, 1º semestre de 2005. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12442/1/ARTIGO_JornalismoMitoMercado.pdf. Acesso em: 21/06/2020.

ARAÚJO, Jonathan Souza. **O jornalismo independente no país**. Uma análise dos veículos The Intercept Brasil e Revista Crusoé. 2019. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CANCIAN, Renato. Ditadura militar (1964-1985): Breve história do regime militar. **UOL**, 8 de mar. de 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.amp.htm>. Acesso em: 01/10/2020.

CANCIAN, Renato. Governo Collor de Mello (1990-1992): Presidente renuncia. **UOL**, 20 de dez. de 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-collor-de-mello-1990-1992-presidente-renuncia.amp.htm>. Acesso em: 01/10/2020.

COSTA, José Luis. A história de Sergio Moro, o juiz que sacudiu o Brasil com a Lava-Jato. **GaúchaZH**, 29 de mar. de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2016/04/a-historia-de-sergio-moro-o-juiz-que-sacudiu-o-brasil-com-a-lava-jato-5784184.html>. Acesso em 23/03/2020.

ESCOBAR, Ludmila Vieira. **O Feminino Contemporâneo: A Mulher na Visão do Canal GNT**. 2007. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIELOW, Igor. Maioria reprovando conduta de Moro, mas vê como justa prisão de Lula, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2019/07/maioria-reprova-conduta-de-moro-mas-ve-como-justa-prisao-de-lula-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 20/06/2020.

GOVERNO Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): Estabilidade econômica e democratização das políticas sociais. **UOL**, 23 de jul. de 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-fernando-henrique-cardoso-1995-2002-estabilidade-economica-e-democratizacao-das-politicas-sociais.amp.htm>. Acesso em: 01/10/2020.

GREENWALD, Glenn; DEMORI, Leandro. VazaJato: as provas de que os áudios são autênticos vêm agora de diversos veículos de comunicação – são definitivas e esmagadoras. **The Intercept Brasil**, 15 de jul. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/15/vazajato-as-provas-de-que-os-chats-sao-autenticos-agora-vem-de-diversos-veiculos-de-comunicacao-sao-definitivas-e-esmagadoras/?comments=1&commentId=513898&menu=1>. Acesso em: 26/10/2020.

GREENWALD, Glenn; POUGY, Victor. Exclusivo: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a “eleger o Haddad”. **The Intercept Brasil**, 9 de jun. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: 20/10/2019.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. **The Intercept Brasil**, 9 de jun. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>. Acesso em: 20/10/2019.

HOHLFELDT, Antonio. Objetividade: categoria jornalística mitificada. **Anais XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Campo Grande, vol. 3, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/53279616715365161698412914691167139268.pdf>. Acesso em: 30/10/2019.

HUNTER, Mark Lee. A redação de investigações. In: HUNTER, Mark Lee et al. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456por.pdf>. Acesso em: 19/04/2020.

HUNTER, Mark Lee; HANSON, Nils. O que é o jornalismo investigativo?. In: HUNTER, Mark Lee et al. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456por.pdf>. Acesso em: 19/04/2020.

HUNTER, Mark Lee; SENGERS, Luuk; THORSEN, Pia. O uso de hipóteses: o cerne do método investigativo. In: HUNTER, Mark Lee et al. **A investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. Brasília: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002264/226456por.pdf>. Acesso em: 19/04/2020.

INTERCEPT corrige informações em reportagem sobre supostas críticas de procuradores a Moro. **GaúchaZH**, 30 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/gauchazh.clicrbs.com.br/politica/amp/2019/06/intercept-corrige-informacoes-em-reportagem-sobre-supostas-criticas-de-procuradores-a-moro-cxj5382802b401pktmzlch89.html>. Acesso em: 21/09/2020.

LEITÓLES, Fernanda. **Objetividade e imparcialidade no Jornalismo Político**. 2012. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Comunicação Política e Imagem - Ciências Humanas, Letras e Artes) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex. **The Intercept Brasil**, 9 de jun. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>. Acesso em: 20/10/2019.

MARTINS, Rafael Moro; SANTI, Alexandre de; GREENWALD, Glenn. Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato. **The Intercept Brasil**, 9 de jun. de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 20/10/2019.

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a Imprensa**. 2007. 216 f. Tese (Doutor em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Regiane. Afinal, é possível testar a veracidade das mensagens divulgadas pelo 'The Intercept'? **El País**, Brasília, 14 de jul. de 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/amp/s/brasil.elpais.com/brasil/2019/07/13/politica/1563047507_551141.html%3foutputType=amp. Acesso em: 26/10/2020.

OTOBONI, Jéssica; FREIRE, Diego. Seis anos da Lava Jato: relembre todas as fases da operação. **CNN**, São Paulo, 7 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/07/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao>. Acesso em: 08/10/2020.

POLATO, Amanda; ALVES, Cida; SAMPAIO, Lucas. Governo Dilma em 20 fatos. **G1**, 31 de ago. de 2016. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/governo-dilma-em-20-fatos/>. Acesso em: 07/10/2020.

QUEIROZ, Caio Cardoso de. Entre o dito e o silenciado: os códigos de ética e bom jornalismo. **Anais 2º Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo Curitiba** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Novembro de 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/laboratoriodenarrativas/files/2013/08/1880-4404-1-PB.pdf>. Acesso em: 04/09/2020.

RAMALHOSO, Wellington. Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo. **UOL**, São Paulo, 30 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/noticias.uol.com.br/politica/ultimas->

noticias/2018/12/30/temer-o-impopular-o-que-mudou-no-pais-em-dois-anos-de-governo.amp.htm. Acesso em: 07/10/2020.

RÊGO, Marília Gabriela Silva. **Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestre em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

RODRIGUES, James de Mello. **Sérgio Moro no discurso da Veja: a construção jornalística do herói contemporâneo**. 2017. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALATIEL, José Renato. Era Lula (2003-2010): Governo foi marcado por melhorias sociais e escândalos políticos. **UOL**, [21--]. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/era-lula-2003-2010-governo-foi-marcado-por-melhorias-sociais-e-escandalos-politicos.htm>. Acesso em: 07/10/2020.

SBARDELOTTO, Moisés. **Do papel aos bits: as alternativas do jornalismo independente contemporâneo**. 2006. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto et al. **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIMIÃO, João Victor da Silva. A ética jornalística em “Todos os homens do presidente”: uma leitura à luz dos mandamentos de Paul Johnson. **Anais XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Curitiba, 26 a 28 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-1208-1.pdf>. Acesso em: 04/09/2020.

SMITH, Ben. O Intercept prometeu revelar tudo. Então, seu próprio escândalo estourou. **Folha de S. Paulo**, Nova York, 14 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2020/09/o-intercept-prometeu-revelar-tudo-entao-seu-proprio-escandalo-estourou.shtml>. Acesso em: 14/09/2020.

STRUCK e ESTARQUE. Empresário que denunciou esquema da Lava-Jato quer pedir asilo à Alemanha. **DW**, 28 de jul. de 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/amp.dw.com/pt-br/empres%25C3%25A1rio-que-denunciou-esquema-da-lava-jato-quer-pedir-asilo-%25C3%25A0-alemanha/a-18610613>. Acesso em: 01/10/2020.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Porto: BOCC, 2001. Ebook.

SOUZA, Vagner Cesarino de; FREIRE, Débora. O uso das fontes anônimas no Jornalismo Investigativo: o caso das reportagens da 'Vaza Jato' pelo The Intercept Brasil. **Anais VIII Colóquio Semiótico das Mídias**, Japaratinga, 27 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.ciseco.org.br/images/coloquio/csm8/CSM8_DeboraFreire.pdf. Acesso em: 19/07/2020.

SPONHOLZ, Liriam. As objetividades do jornalista brasileiro. **Líbero**, v. 11, n. 21, p. 69-77, 2008. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/As-objetividades-do-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso em: 22/03/2020.

YUGE, Claudio. Lava Jato: uso de mensagens vazadas é crime?, **Tecmundo**, 11 de jun. de 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/amp/s/m.tecmundo.com.br/amp/internet/142429-lava-jato-uso-mensagens-vazadas-crime.htm>. Acesso em: 28/10/2020.